



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MARINALVA DA COSTA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUILOMBOLAS NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS, SANTA CATARINA: REPERCUSSÕES DAS INTERFACES DE
TERRITÓRIOS E DESLOCAMENTOS**

ERECHIM/RS

2023

MARINALVA DA COSTA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUILOMBOLAS, NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS, SANTA CATARINA: REPERCUSSÕES DAS INTERFACES DE
TERRITÓRIOS E DESLOCAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

Linha de Pesquisa: Linha 2: Pesquisa em Educação Não-formal:
Práticas Político-Sociais

ERECHIM/RS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413 D

CEP: 89802-210

Caixa Postal 181

Bairro Jardim Itália

Chapecó – SC Brasil

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Marinalva da Costa

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUILOMBOLAS, NO
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, SANTA CATARINA::
REPERCUSSÕES DAS INTERFACES DE TERRITÓRIOS E
DESLOCAMENTOS / Marinalva da Costa Silva. -- 2023.
94 f.:il.

Orientador: Doutor Thiago Ingrassia Pereira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Erechim,RS, 2023.

1. Educação quilombola. EJA. Diversidade cultural..
I. Pereira, Thiago Ingrassia, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARINALVA DA COSTA SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUILOMBOLAS, NO MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS, SANTA CATARINA:
REPERCUSSÕES DAS INTERFACES DE TERRITÓRIOS E DESLOCAMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Profissional em Educação
da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS), como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Defendido em banca no dia: 25/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador e Presidente da Banca: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira – UFFS-Erechim-RS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Gritti– UFFS-Erechim-RS

Prof.^a Dr.^a Lucineide Barros Medeiros– UESPI-Teresina-PI

Suplente: Prof.^o Dr.^o. Almir Paulo dos Santos – UFFS-Erechim-RS

Dedico este trabalho aos meus pais, que não pouparam
esforços para que eu pudesse concluir meus estudos.

O diálogo começa na busca do conteúdo programático. (...) não quando o educador – educando se encontra com os educandos – educadores em situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às possibilidades da formação que tive ao longo do meu trabalho, à Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), pelo estudo na Educação, por terem sido fundamentais para esperar a esperança.

Agradeço a Deus, energia suprema do universo.

Agradeço ao meu companheiro Rodimar Garbin por partilharmos o sonho de uma educação, pela sua compaixão, paciência, compreensão e companheirismo nos momentos difíceis que passamos ao longo do mestrado.

Agradeço à minha filha Iana, que mesmo distante em alguns momentos, mas espiritualmente estava presente soube se manter firme nos estudos, orientando-me no uso das tecnologias.

Agradeço aos meus familiares que, neste momento, estão no Nordeste, Estado do Piauí, que embora estejam a uma certa distância devido ao estudo, sabem da importância da educação e manifestam sempre entusiasmo diante das minhas batalhas para estudar.

Minha excepcional gratidão a professora Dr^a Adriana Regina Sanceverino, pela sua sempre dedicação à EJA e pelas relevantes orientações dessa dissertação até o momento de sua aposentadoria. A atenção ao tema permitiu avanços significativos na construção do objeto de estudo, bem como seu acolhimento à proposta de pesquisa asseguraram a entrada no campo acadêmico de temas tão sensíveis e relevantes no campo educacional. A ela, dedico o meu respeito e meu reconhecimento pelo seu sensível compromisso com as propostas de pesquisa que se inscrevem no campo científico comprometido com a educação para a libertação.

Agradeço de modo especial ao meu orientador, professor Dr. Thiago Ingrassia Pereira, por acreditar que a proposta de estudo era relevante, sendo sabiamente capaz de perceber que estudar Currículo da EJA Quilombola é realmente um objeto de estudo potente na EJA. Gratidão pelas suas palavras de incentivo, por ter a paciência e a esperança que sempre dedicou para me animar e mostrar os caminhos deste estudo. Obrigada pela sempre e cuidadosa atenção dedicada a fim de garantir a qualidade profissional deste trabalho, dando os aportes teóricos e metodológicos apropriados para garantir a qualidade deste estudo. Por fim, o meu sincero respeito pela sua sempre e especial atenção educacional aos oprimidos.

Agradeço à professora Dr^a Lucineide Barros Medeiros da banca examinadora, pelas contribuições autênticas e aos apontamentos significativos para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço à professora Dr^a Isabel Gritti, pelo seu profissionalismo e pelo compromisso científico com a educação libertadora, no exame deste estudo, na banca e pelas contribuições valiosas durante as aulas para o avanço da pesquisa.

Agradeço ao professor Professor Dr^o. Almir Paulo dos Santos, pelo empenho, profissionalismo no exame deste trabalho, pelo compromisso científico e pelo seu incansável entusiasmo com educação libertadora. Suas contribuições foram de grande valia para o avanço da pesquisa.

Agradeço aos(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UFFS, Campus de Erechim-RS, com quem tive valiosas e significativas aprendizagens, bem como à secretária Viviane Marmentini Ascari pela pontualidade e pelo profissionalismo.

Agradeço aos(às) colegas de curso, na turma 2021, pela valiosa convivência, pela partilha discente e pela oportunidade de fazer pelo estudo, novos amigos(as).

Agradeço à 8^a Coordenadoria Regional de Educação do Estado de Santa Catarina, pelo pronto deferimento ao pedido para realização da pesquisa e pela receptividade da direção do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e às estudantes e à coordenadora da Unidade descentralizada da EJA Quilombola, em nome da professora Karine Pereira, que de forma voluntária se dispuseram a participar dessa pesquisa, mesmo em condições adversas, por conta de alguns desencontros e que tão fraternalmente responderam às questões.

Agradeço ao, Edson Camargo, presidente da Associação quilombola, aos momentos que passamos os quais contribuíram como pesquisadora na formação de uma pessoa que valoriza os princípios éticos de justiça e da ação coletiva.

Concluindo os reconhecimentos, o meu profundo sentimento de gratidão a todas as pessoas que concretamente convivi ao longo da minha vida e em especial a diretora da Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior. Professora Daniela Granzotto Rupp Flesch, a todos(as) o meu agradecimento!

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado geral das buscas ANPEd Nacional, GT/18 e BDTD	37
Quadro 02- Trabalhos selecionados pela leitura dos resumos	37
Quadro 03 - Fonte dos trabalhos	38
Quadro 04 - Bibliografia anotada no Banco de Dados	38
Quadro 05 – Categorização	39
Quadro 06 – Caracterização do perfil das sujeitas entrevistadas	62
Quadro 07 - Categorias de análise	64
Quadro 08 – Relações das Comunidades quilombolas em Santa Catarina	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação do
GT/18	Grupo de Trabalho da Educação de Jovens e Adultos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRE	Coordenaria Regional de Educação
COREF	Coordenadoria Regional da Florianópolis
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUER	Núcleo de Estudos de identidades e Relações Interétnicas
PCNs	Parâmetros Curriculares de Nacionais
PPEJA	Projeto Piloto Educação de Jovens e Adultos para as Comunidades Quilombolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina
PNE	Plano Nacional de Educação
QIN	Quilombola Invernada dos Negros
SED-SC	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RESUMO

Nos meios sociais, observam-se frequentemente práticas de exclusão e segregação correlacionadas aos aspectos étnico-raciais associadas às dimensões estruturais do desenvolvimento histórico o que conceitualmente denomina-se de racismo estrutural. Esse trabalho tem como propósito apresentar um estudo sobre o tema, em uma pesquisa diretamente ligada à questão étnico-racial no contexto quilombola com sujeitos da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas quilombola (EJA/Quilombola), pelo fato de esses terem experimentado mais diretamente os efeitos do racismo estrutural, potencializado pela falta da educação e, assim, poder identificar qual é realmente o sentido da EJA/quilombola para a construção dos meios de superação do racismo estrutural. Desse modo, objetivou-se analisar como está sendo implementado as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, junto a EJA/Quilombola na unidade descentralizada do CEJA, no distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos de Santa Catarina. Para atingir a esse propósito, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: a) compreender como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, podem ser situadas na modalidade da EJA, com a especificidade quilombola; b) identificar a percepção das estudantes acerca do currículo praticado junto à Unidade descentralizada do CEJA, sediada na Escola de Educação Básica Faria Neto, a fim de buscar a compreensão prática destas diretrizes; c) compreender como se constitui a prática pedagógica em relação às questões de identidades quilombola; d) apresentar uma proposta de ação. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, que tem como objetivo principal descrever as características de determinado fenômeno. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado do Conhecimento, no banco de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd Nacional) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Para dar conta às questões conceituais, realizou-se uma revisão teórica dos fundamentos da questão quilombola, do racismo estrutural e da EJA/Quilombola. A identificação dos dados empíricos foi por meio da pesquisa de campo, com a utilização de um questionário e de uma entrevista semiestruturada. Analisaram-se os dados segundo as técnicas de conteúdo. Aplicou-se o questionário a cinco (05) estudantes matriculadas no ensino médio da EJA/Quilombola no CEJA do município de Campos Novos/SC, UD/Quilombola, situada no distrito de Ibicuí. A pesquisa empírica, na análise, evidenciou e pode-se dizer que as estudantes entrevistadas apresentaram a percepção que as ausências do acesso à educação foram condicionantes sociais, que somado ao conjunto dos meios de exclusão, potencializaram processos de opressão e criaram dificuldades de enfrentamento das situações estruturais do racismo, causadoras de invisibilidade destes sujeitos. Decorrente desta constatação, o trabalho apresenta como produto, uma campanha de divulgação da EJA/quilombola, para que as pessoas que não tenham concluído os estudos possam fazê-lo.

Palavras-chave: Educação quilombola; EJA; Diversidade cultural.

ABSTRACT

Practices of exclusion and segregation correlated to ethnic-racial aspects associated with the structural dimensions of historical development are frequently observed in social circles, conceptually known as structural racism. The purpose of this paper is to present a study on the subject, in research directly linked to the ethnic-racial issue in the quilombola context, with subjects from quilombola Youth, Adult and Elderly Education (EJA/Quilombola), due to the fact that they have more directly experienced the effects of structural racism, potentiated by the lack of education, and thus be able to identify what the meaning of EJA/quilombola really is for building the means to overcome structural racism. The aim was to analyze how the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education are being implemented in the EJA/quilombola in the decentralized CEJA unit in the district of Ibicuí. In order to achieve this, the following specific objectives were set: a) to understand how the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education can be situated in the EJA modality, with quilombola specificity; b) to identify the students' perception of the curriculum practiced at the CEJA decentralized unit, based at the Faria Neto Basic Education School, in order to seek a practical understanding of these guidelines; c) to understand how pedagogical practice is constituted in relation to quilombola identity issues; d) to present a proposal for action. In terms of methodology, this is a descriptive and exploratory study, whose main objective is to describe the characteristics of a given phenomenon. Initially, a bibliographical survey was carried out, of the State of Knowledge type, in the database of the National Association for Postgraduate Studies and Research in Education (ANPEd Nacional) and in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). To deal with the conceptual issues, a theoretical review of the foundations of the quilombola issue, structural racism and EJA/Quilombola was carried out. The empirical data was identified through field research, using a questionnaire and a semi-structured interview. The data was analyzed using content techniques. The questionnaire was applied to five (05) students enrolled in EJA/Quilombola high school at CEJA in the municipality of Campos Novos/SC, UD/Quilombola, located in the district of Ibicuí. The empirical research analysis showed that the students interviewed had the perception that the lack of access to education was a social conditioning factor which, together with all the means of exclusion, enhanced processes of oppression and created difficulties in confronting the structural situations of racism, which caused the invisibility of these subjects. As a result of this finding, the paper presents as a product a campaign to publicize EJA/quilombola, so that people who have not completed their studies can do so.

Keywords: Quilombola education; EJA; Cultural diversity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 AS TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DA PESQUISADORA.....	16
2. HORIZONTE METODOLÓGICO	24
2.1 LOCUS DE INVESTIGAÇÃO E SEUS DESLOCAMENTOS	24
2.2. OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO	27
2.3. OS (AS) SUJEITOS (AS) DA PESQUISA	29
2.4. ESTRUTURA DA PESQUISA	32
2.5. APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO	33
3. O ESTADO DO CONHECIMENTO: EXPERIÊNCIAS EJA/QUILOMBOLA	36
3.2. SISTEMATIZANDO OS BANCOS DE DADOS	38
3.3. ANÁLISE DO ESTADO DE CONHECIMENTO: NA EJA QUILOMBOLA NO BRASIL.....	43
4. EDUCAÇÃO EJA QUILOMBOLA.....	45
4.1. EJA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	45
4.2. RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO NA EJA QUILOMBOLA.....	50
4.3. AS PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS ÉTNICO-RACIAIS NA EJA/QIN	54
5. ANÁLISE DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO	60
5.1 A CONSTRUÇÃO DA LOGÍSTICA DA PESQUISA	60
5.2. APONTAMENTOS INICIAIS, QUANTO AO PERFIL	63
5.3. UM OLHAR SOBRE O QUE REVELA O CURRÍCULO NA EJA/QIN?	65
5.4. SOB O OLHAR AO CURRÍCULO DA ESCOLA: EJA/UD/QIN	65
5.6. A PRESENÇA DOS QUILOMBOLAS EM CAMPOS NOVOS-SC	71
6. AÇÃO EJA/QIN.....	75
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – QUADRO DE QUESTÕES ABORDADAS NAS ENTREVISTAS COM AS ESTUDANTES.	84
APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	85
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
86	
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ	91
APÊNDICE E – PLANO DA PROPOSTA DA AÇÃO EM EJA/QUILOMBOLA	92
ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO	93

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre Educação de Jovens e Adultos Quilombolas (EJA/quilombola), no contexto da Comunidade Quilombola Invernada dos Negros (QIN), situada no Estado de Santa Catarina, zona rural do município de Campos Novos. Como a Unidade Decentralizada do CEJA, situada do distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos/SC, veem implementando as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, junto a EJA/Quilombola em seu currículo?

A referente análise aos direitos, à diversidade, à emancipação e à libertação estarão presentes ao longo do trabalho, com a compreensão e com o entendimento de que a EJA/quilombola comprometida com a superação das desigualdades sociais não pode ser feita desassociada dos elementos históricos culturais de opressões sofridas pelos negros no Brasil, em especial, aos sujeitos da comunidade QIN.

Este trabalho parte do pressuposto de que a Comunidade QIN possui uma história e memórias próprias, além de direitos a serem respeitados. Reconhece-se que as marcas deixadas pela resistência e pela opressão na comunidade são elementos essenciais para entender sua existência e, também, seu valor educativo. Assim busca-se, como objetivo geral, analisar como está sendo implementado as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, junto a EJA/Quilombola na unidade decentralizada do CEJA, no distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos de Santa Catarina, junto à Comunidade QIN consideram estes fatores como relevantes no processo educativo.

Nesse entendimento, o presente estudo dialoga com os processos de desenvolvimento curricular da EJA/quilombola na Comunidade QIN, considerando a história, a memória e a cultura da Comunidade QIN. Considera-se pertinente um olhar especial a Lei 10.639/2003 de 09 de janeiro de 2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, a Política de Educação Escolar Quilombola de Santa Catarina e o Currículo Base do Território Catarinense, as legislações, as diretrizes e documentos esses que vem ao encontro deste estudo.

Na pesquisa sobre os aspectos curriculares apropriados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade quilombola QIN, um fator de grande relevância é a análise do significado oculto curricular associado à demolição do prédio escolar em 05/04/2021, que era usado pelos estudantes da EJA/quilombola. Essa demolição foi conduzida sem seguir o devido processo legal e foi realizada por uma empresa que está em disputa de terras com os quilombolas na justiça. Esse acontecimento levanta questões importantes sobre como a

educação na comunidade quilombola é afetada por ações externas e por injustiças e como isso precisa ser considerado ao desenvolver o currículo da EJA para a comunidade QIN.

Segue a imagem que circulou nos meios de comunicação e nas redes sociais na época:

IMAGEM



Fonte: <https://pt.0rg.br/escola-e-destruida-em-comunidade-quilombola-de-Santa-Catarina>. 27 jun. 2023.

Diante do fato, os (as) estudantes foram deslocados, para outro prédio construído pelo Estado Educação de Santa Catarina no distrito de Ibicuí, para abrigar a Escola de Educação Básica Faria Neto no período diurno e cedido no período noturno para o funcionamento da Unidade de Educação Jovens e Adultos. Esse local passou a atender a EJA/QIN, junto à política geral da EJA na localidade, o que dificultou e desterritorializar a construção da educação da EJA/QIN. Nesse aspecto, vale ressaltar que a comunidade reivindica aproximadamente há 3 anos, um prédio para a EJA/Quilombola na comunidade, esse fato deslocou, ainda mais, do território, o atendimento das suas demandas educativas, obstruindo a construção do seu processo educativo próprio. Conforme o PPP¹. (2016);

Território e Territorialidade; Etnodesenvolvimento – Estudar, pesquisar e refletir sobre o conceito básico de desenvolvimento e sustentabilidade; a evolução história do termo Desenvolvimento Sustentável; os desafios, limites e potencialidade para o desenvolvimento sustentável; princípios e fundamentos da Agroecologia; a importância do uso racional dos recursos naturais; políticas públicas; as experiências de promoção do desenvolvimento rural; estudo do campo como local de formação de pessoas, de relações sociais e econômicas; os sistemas sociais e econômicos ao longo da história; os modos de produção e organização social; a legislação agrária e ambiental e reflexão sobre as formas de economia solidária no Brasil (PPP². p. 20. 2016);

¹ Projeto Piloto Educação de Jovens e Adultos para as Comunidades Quilombolas da Rede Estadual Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – Florianópolis, dezembro de 2016.

² Projeto Piloto Educação de Jovens e Adultos para as Comunidades Quilombolas da Rede Estadual Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – Florianópolis, dezembro de 2016.

Para responder à problemática de pesquisa, o estudo tem também como objetivos específicos: a) compreender como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, podem ser situadas na modalidade da EJA, com a especificidade quilombola; b) identificar a percepção das estudantes acerca do currículo praticado junto à Unidade descentralizada do CEJA, sediada na Escola de Educação Básica Faria Neto, buscando a compreensão prática destas diretrizes; c) compreender como se constitui a prática pedagógica em relação às questões de identidades quilombola; d) apresentar uma proposta de ação (produto), em que será desenvolvido uma campanha de ampliação do número de estudantes da Comunidade QIN na UD/Quilombola.

Na busca compreensiva dos aspectos propostos nestes objetivos, bem como o desencadeamento analítico, ancora-se em uma perspectiva teórica de educação, curricular da EJA quilombola para visibilidade da emancipação e da liberação humana, desses sujeitos. Neste sentido, a reflexão acerca do currículo da EJA quilombola como um processo de libertação, dialoga, necessariamente, com o reconhecimento que a construção curricular na EJA quilombola tem, na diversidade social e cultural destes sujeitos a sua referência como conhecimento socialmente necessário. Nesse viés, para Pacheco (2009, p.389), “sendo o alfa e ômega do currículo, o conhecimento passa a ser o elemento central da educação escolar, entendida nas suas múltiplas finalidades e nos seus processos e práticas de organização”.

Na busca de sentido e na construção do entendimento do verdadeiro papel desempenhado pelo currículo da EJA/QIN, nos processos de libertação e emancipação humana, o trabalho, em sua parte inicial, destaca também a história da pesquisadora, tendo sido suas trajetórias educativas vivenciadas junto à EJA/QIN, sendo um testemunho do significado desta modalidade de ensino para a transformação social.

Encontram-se, na construção do primeiro capítulo, as aproximações com o objeto da pesquisa, a partir do mapeamento das pesquisas na área investigada, denominado de Estado do Conhecimento (EC), podendo assim serem percebidas as construções acadêmicas já existentes em nível de pós-graduação *stricto sensu*, no que diz respeito ao tema, EJA quilombola, bem como as abordagens, apontando aproximações, interfaces e/ou distanciamentos analíticos com o objeto pesquisado, para assim estabelecer os diálogos necessários para que seja possível empreender as contribuições necessários aos avanços do conhecimento.

O segundo capítulo trata das questões metodológicas, em sentido geral em que se encontra construído todo o caminho percorrido e a forma como será feita a construção do trabalho. A pesquisa é de natureza qualitativa, com entrevista estruturada com cinco (05) estudantes da EJA quilombola de Ensino Médio na Unidade Descentralizada do CEJA, no

distrito de Ibicuí.

No terceiro capítulo, apresenta-se a revisão teórica. Este é o capítulo em que se recorre à literatura que trata dos aspectos que envolve o entendimento da questão do negro no Brasil, da formação da comunidade quilombola na EJA e o currículo da EJA/QIN.

A compreensão dos(as) estudantes negros no Brasil e a formação da comunidade quilombola será analisada tendo como perspectiva teórica que, no Brasil, o racismo é estrutural. Isso porque, as questões estruturais que incidiram e incidem sobre o processo de produção e reprodução das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais na sociedade brasileira se apresentam de forma mais latente quando analisadas com o olhar específico sobre a questão dos negros.

Quanto aos aspectos que envolvem a EJA quilombola e o currículo, recorre-se aos autores do campo da educação popular, no entendimento de que a questão curricular e da EJA, não difere dos dilemas gerais existentes na sociedade. Para Santos (2014, p.77), “[...] a lei nº 10.639/2003, contribui para inserir a questão racial no cerne da política curricular no Brasil, sendo um mecanismo para constar a ausência da história e cultura afro-brasileira [...]”. Neste contexto, é fundamental enfatizar que ao fechar ou demolir uma escola, causa-se uma negação brutal do acesso à educação como direito social. A qualidade política refere-se à busca de objetivos étnicos e ao reconhecimento dos valores sociais. No entanto, ao destruir uma escola, também se desperdiça o investimento público, o que revela a falta de civilidade e nega a aspiração por uma escola com qualidade social. O acesso à EJA quilombola, tema central deste trabalho, está intrinsecamente ligado a uma concepção de homem e sociedade ancorada em uma pedagogia voltada para a libertação e à emancipação

O quarto capítulo é a parte dedicada aos resultados e à análise da pesquisa de campo, sendo que ele será construído após a coleta dos dados de campo, junto à proposta de intervenção, que será construída somente após os resultados da pesquisa. Por fim, serão apresentadas as considerações finais dessa etapa da pesquisa.

1.1 AS TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS DA PESQUISADORA

As trajetórias e as memórias são, entre os seres humanos, fatores significativos e aspectos importantes quando se busca entender o sentido das nossas escolhas. Nessa perspectiva, buscou-se compreender as motivações da escolha do tema, devo dizer que na condição de estudante e professora da EJA e o testemunho de relações quanto à raça étnico-raciais da infância, adolescência e juventude são aspectos que apontam as significações da

escolha da temática.

Dessa forma, a pesquisa está diretamente relacionada aos dilemas associados ao direito educacional das minorias. Para contextualizar o estudo e destacar os elementos que motivaram esta pesquisa, abordarei aspectos que têm sido marcantes em minha jornada educacional. Especificamente, enfocarei a luta para superar obstáculos no acesso à educação, bem como minha atuação profissional no campo educacional, os quais têm sido o cerne da minha trajetória de vida.

O meu acesso à educação escolar não se deu, inicialmente, de qualidade, o que acarretou muitas dificuldades com a escrita e a leitura, tive dificuldades no acesso aos jornais, às revistas, aos livros e aos programas de televisão. No âmbito familiar, é relevante considerar que meus pais tiveram poucos estudos, mesmo assim sempre compreenderam a importância da escola, fazendo esforço para que eu tivesse oportunidades de vivenciar a educação escolar que, para os contextos da época, as limitações eram muitas, como por exemplo, o ensino primário³ ficava em uma escola situada a 10 quilômetros de minha casa e o deslocamento precisava ser feitos a pé. A escola era da rede municipal de ensino, situado no interior do município de Teresina no Estado do Piauí, povoado de Nazária. Vale acrescentar que a conclusão do ensino primário se deu aos 14 anos, isso me marcou muito, pois eu era uma das crianças mais velhas da turma.

Já o ginásio⁴, quando eu passei para a 6ª série, fui estudar em outra Escola Municipal na área urbana, do distrito de Nazária, hoje município. Fiquei muito feliz, pois nesta escola tinha amigos da mesma faixa etária. Chamava-me a atenção as matérias, que trocavam frequentemente de professores(as). Lembro-me de que os diálogos com os professores eram restritos. Recordo-me, também, das feiras de ciências e dos concursos de redações, em que a direção da escola fazia premiações para os melhores trabalhos.

Quanto ao Ensino Médio cursei na modalidade de EJA, concomitante com o Curso Técnico em Saúde Comunitária, junto ao Instituto de Educação Josué de Castro, situado no município de Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, entre 2001 a 2004. Vale considerar que cursei o Ensino Médio por meio da metodologia da alternância. Esse se realizava integrado com a Pedagogia do MST, atuando no tempo comunidade na educação e na militância junto ao Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), no Estado do Piauí, em que pertenci a esta organização de 1999 a 2009, realizando mediações na construção de políticas públicas de saúde e de educação na reforma agrária. Posso afirmar que essa etapa marcou significativamente a minha trajetória educacional e, hoje me mantenho vinculada a estas ações

³ Atualmente Ensino Fundamental, anos iniciais.

⁴ Atualmente Ensino Fundamental, anos finais.

como assentada da Reforma Agrária, no Estado de Santa Catarina.

Estas vivências educativas escolares apresentaram o papel de transformação em minha vida e a escola teve um papel fundamental. Com base em Freire (1981, p. 126), [...] a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. Foi nessas experiências que encontrei motivação para fazer o Ensino Superior, inicialmente em Licenciatura - Pedagogia e, posteriormente, em Ciências Sociais. Além disso, fiz especializações em Gestão Escolar, Educação Infantil e em Ensino Integrado de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, para assim chegar ao tão desejado mestrado.

Em termos profissionais, sou professora, com atuação na Educação Básica nos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, I e II, Ensino Médio e EJA. Atuo na EJA, desde 2012 e, no Ensino Médio, desde 2015, ambos como professora de Sociologia na Rede Estadual da Educação de Santa Catarina, disciplina que me tornei efetiva em 2019.

Hoje como exemplo de mudanças e transformação considero que, por meio da educação, seremos capazes de transformar a sociedade, reparando os direitos negados aos oprimidos, tendo a educação a capacidade significativa na construção de políticas públicas para tal. Reitero, então, que é preciso repensar a educação como forma de esperança, para que possa alcançar dias melhores rumo a um mundo mais igualitário.

Vale aqui lembrar que os(as) professores(as) precisam sempre estar estudando e atualizando a sua formação para poder atuar na educação com conhecimentos inovadores, proporcionando uma educação com qualidade nas escolas públicas.

Com esse entendimento de que a educação é construtora de esperança, encontrei no mestrado, além do sentido de continuar os estudos, a importância da pesquisa na formulação de políticas afirmativas. Motivo pelo qual elegi os(as) estudantes da EJA da comunidade (QIN), situados no município de Campos Novos, no Estado de Santa Catarina como sujeitos desta pesquisa. Pretendo continuar estudando e considero este mestrado adequado aos meus propósitos de estudo para, assim, compreender os processos educativos da EJA junto à comunidade QIN.

Aprofundar a EJA no contexto quilombola, entendo ser a luta da Comunidade QIN, uma batalha na qual me identifico em sentido étnico e de classe social, por ter tido muitas dificuldades de estudar, ter sido estudante de EJA e negra. Hoje entendo, por experiência própria que sem o direito educacional a luta pela libertação e a cidadania ficam incompletas.

É importante ressaltar que a experiência que tive como estudante na turma do curso Técnico em Saúde Comunitária, durante o Ensino Médio como política afirmativa. Hoje como

professora, percebo que, foi muito importante, pois são raras as pessoas negras que chegam aos espaços escolares, embora sendo a educação um direito universal. Diante do exposto, é possível perceber que a maioria dos(as) estudantes negros(as) participantes nas minhas vivências escolares não se reconhecem como tal.

Assim, tendo a escola uma função formativa, o fazer educativo expresso nos currículos assumem significativa importância na contemplação e no reconhecimento da diversidade junto ao fazer pedagógico escolar. Para Arroyo (2007, p.22),

[...] o currículo vem conformando os sujeitos da ação educativa – docentes e alunos. Conformam suas vidas, produzem identidades escolares: quem será o aluno bem-sucedido, o fracassado, o aprovado, o reprovado, o lento, o desacelerado, o especial. Ser reconhecido como escolarizado ou não e em que nível condiciona até o direito ao trabalho. Como marcam as identidades das infâncias, adolescências e até da vida adulta? Nossas vidas dependem do aluno que fomos bem-sucedidos ou fracassados na escola. (ARROYO, 2007, p.22)

Refletindo sobre esse estudo da EJA quilombola, percebe-se que os(as) estudantes desses territórios precisam ter, no âmbito curricular, as suas práticas socioculturais articuladas, educativamente, com uma pedagogia própria que respeite à especificidade étnico-cultural deste território.

A construção e os processos de implementação curricular em diferentes meios e mecanismos para o seu desenvolvimento tem, também, nos educadores um forte e potente aliado para a formação da consciência política e histórica para a diversidade, destacando-se como mediadores da aprendizagem entre o currículo e a trajetória escolar dos(as) estudantes em seus projetos de vida e de trabalho para a superação das diferenças.

O currículo orienta-se pelo diálogo constante com a realidade, na interação dos sujeitos com a comunidade, considerando-se os conteúdos a partir da realidade dos estudantes. À sua aplicabilidade da Lei 10.639/2003⁵ na escola e seus objetivos também expressos no Plano Nacional para EJA⁶, os quais visam a formação dos sujeitos no ambiente escolar, buscando trabalhar as questões da diversidade e do multiculturalismo.

A partir disso, as práticas educativas em interfaces com a realidade sociocultural dos sujeitos sociais que constituem o processo histórico da sociedade brasileira, caracterizados em suas diversas relações sociais nos conhecimentos socioculturais, nas memórias e nas histórias da comunidade, pois assegurar uma formação de base que propicia o desenvolvimento de valores e de habilidades, cognitivas, operacionais e sociais por meio do currículo escolar, esses

⁵ BRASIL, Lei, Nº 10.639/2003, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

⁶ Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

procedimento irá preparar para o mundo tecnológico e para comunicação integrando a cultura social.

As práticas educativas em interfaces com a realidade da comunidade quilombola têm como objetivo assegurar que a educação quilombola e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento.

O Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos para as Comunidades Quilombolas, da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - PPEJA⁷, vem sendo implementado na comunidade QIN, garantindo o acesso à política educacional nesta comunidade quilombola, em especial no que tange à EJA quilombola, fortalecendo a memória histórica quilombola, em sintonia com a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais como meios para o desenvolvimento da cidadania.

Para Arroyo (2013, p.17 a 18),

[...] __ Currículo, território em disputa – gira em torno dessa questão central: quem tem lugar e quem não teve e disputa um lugar de legítimo reconhecimento no território dos currículos desde a educação da infância, fundamental, média, da EJA e até da formação em pedagogia ou em licenciatura? Para equacionar esta questão nuclear buscamos elementos nas políticas e diretrizes curriculares, nas propostas de reorganização curricular de tantas redes estaduais e municipais, nós projetos pedagógicos das escolas. Optamos por privilegiar os sujeitos direto da ação educativa e espaço mais próximo, as salas de aula. Vemos-nos como autores, sujeitos das disputas mais radicais. (ARROYO, 2013, p.17 a 18)

A diversidade compreendida como respeito às diferenças étnico-raciais dos sujeitos sociais na escola possibilita entender que a sociedade é formada por um conjunto amplo de etnia. Esse entendimento nos possibilita mecanismo de construção humana tendo respeito à diferença como um direito reconhecido socialmente e à educação como espaço curricular formador destas novas sociabilidades.

Nesse sentido, é significativo que educação quilombola e as escolas que atendem estudantes oriundos destes territórios sejam construtoras e produtoras de conhecimentos capazes de avançar no reconhecimento e no respeito as especificidades étnico-culturais destes sujeitos.

O respeito à diversidade étnico-racial é percebido como uma construção nem sempre tranquila. Nesse sentido, compreende-se que a escola por meio dos seus processos curriculares possui função significativa nesta construção e, quando não o faz atrasa os avanços possíveis neste sentido. Ao refletir sobre o significado ou a falta de abordagem étnico-racial no currículo,

⁷ Projeto Piloto Educação de Jovens e Adultos para as Comunidades Quilombolas da Rede Estadual Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio/ Florianópolis, dezembro de 2016. Resolução 08/2026.

recordo-me da minha infância na escola, durante o ensino fundamental, em que a diversidade não era contemplada nos temas abordados. Foi mediante discussões na comunidade e nas brincadeiras que tive a oportunidade de compreender, em certa medida, o significado dessas diferenças étnico-raciais, mesmo que nem sempre essas abordagens fossem totalmente eficazes.

Recordo-me de várias cantigas de rodas, jogos e brincadeiras relacionados à cultura afrodescendente na socialização com as crianças da comunidade. Deve-se dizer que, pela minha experiência de vida, compreendo que a educação libertadora propicia o reconhecimento da identidade, movendo a lutar para ter acesso à cidadania, ao reconhecimento da nossa matriz originária.

Assim, a educação possui essa função na formação do cidadão crítico em qualquer sociedade, sendo um eixo central, potencial, para os sonhos e para as transformações. Em referência a Freire (1992. p. 18) “Os quilombos foram um momento exemplar daqueles aprendizados de rebeldia, de reinvenção da vida, de assunção da experiência e da história por parte de escravas e escravos que, da ‘obediência’ necessária, partiram em busca da invenção da liberdade.”, reconheço o sonho e a resistência ao acesso à educação do saber como reivindicação para vida e para experiência de continuar dos sentidos mais remotos da minha vida, nas lembranças que carrego e que compartilho neste escrito, agora sei e tenho consciência que sou alguém que nunca se curvou diante das dificuldades de estudar, sou muito esforçada tenho várias dificuldades, mas estou sempre me desafiando, por entender o significado libertador da educação.

Com essas afirmações, demonstro reconhecer como é importante a escola que se preocupa com uma metodologia que possibilite a inserção do estudo étnico-racial como atividades educativas de forma transversal na rotina da escola, no intuito de trabalhar a identidade cultural de forma planejada e intencional no currículo.

Ainda que seja notável a importância de os(as) professores(as) estarem inserindo as discussões pedagógicas sobre a cultura afro-brasileira, bem como a construção curricular neste sentido e a notória existência de legislação a respeito, como a lei nº 10.639/03 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e em outros documentos legais que oriente a Educação nas relações étnico-raciais, a ser compreendido que o processo social na direção desta construção não se movimenta na velocidade necessária.

A própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegura para os representantes do povo brasileiro, o exercício dos direitos sociais e individuais, à liberdade, à segurança, ao bem-estar, ao desenvolvimento, à igualdade e à justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. No

entanto, já percorridos 34 anos desde a sua implementação sabe-se que os resultados na direção da garantia destes direitos ainda são frágeis e, se olhado, especificamente, em relação à população quilombola estes direitos demonstram limites muito mais acentuados quanto à sua implementação.

Em termos dos documentos oficiais, é fundamental ressaltar a importância dos Parâmetros Curriculares de Santa Catarina, para orientar os estudos acerca da relevância da história da Comunidade Remanescente de Quilombo na Invernada dos Negros, para assim conhecer a história afro-brasileira no próprio município. Compreende-se como uma forma de dar sentido às origens que marcam a formação cultural camponovense que se estabelece sobre a comunidade quilombola. Percebe-se uma relação de invisibilidades, obstruindo o caminho para a superação da discriminação étnico-racial quilombola. Isso porque esse município tem um passado colonial como centro hegemônico de uma elite branca, escravocrata.

Dessa maneira, a população de Campos Novos-SC, não conhece a origem da comunidade quilombola Invernada dos Negros que, fortemente nega as marcas da escravidão, ocultando a visibilidade da importância da comunidade a respeito da especificidade étnico-cultural na construção do próprio território.

Nesse sentido, a lei nº 10.639/03 busca valorizar a identidade do povo negro a partir da valorização de sua cultura, iniciando esse processo por meio da escola e suas práticas socioculturais, respeitando a história, o território, a memórias e os conhecimentos tradicionais, assegurados nesta legislação, a fim de estabelecer as diretrizes e as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e /Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Exposto as experiências pessoais, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para o acesso à educação formal; as experiências vividas de invisibilidade social como pessoa negra e; os processos de esperança e resistência construídos por meio da educação como estudante e professora, bem como situada as questões relativas ao sentido do currículo na EJA quilombola no contexto da comunidade QIN e o significado da educação para a construção dos processos formativos e para a superação da invisibilidade étnico-racial, entende-se que este trabalho dialoga com as experiências de vida da pesquisadora em articulação com o objeto de pesquisa, que se encontra ancorado em uma realidade social histórica e cultural, em que os aspectos pessoais derivam dos sentidos experienciados que estão articulados em uma estrutura social mais ampla, naquilo que pode-se denominar de racismo estrutural.

Desse modo, para construir a pesquisa, buscou-se responder à problemática formulada, por meio do objetivo geral e dos objetivos específicos, a fim de trazer condições para elucidar

a compreensão dos processos de territorialização do currículo da educação da EJA Quilombola em Campos Novos em Santa Catarina.

2. HORIZONTE METODOLÓGICO

A pesquisa de caráter qualitativo tem como propósito aprofundar a compreensão dos significados atribuídos aos direitos ao ensino público na comunidade QIN, especialmente no contexto da promoção da educação para os direitos humanos e para valorização das diversidades culturais. Por meio dessa abordagem, busca-se explorar as percepções e as interpretações singulares dos integrantes da comunidade em relação a esses direitos, reconhecendo a diversidade de saberes e as visões existentes. A pesquisa qualitativa permite uma análise mais profunda e contextualizada, acolhendo as múltiplas narrativas dos participantes, proporcionando um entendimento holístico dos significados que emergem dessa comunidade específica, conforme preconizado por Minayo (1994) ao dizer que

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operações de variável. (MINAYO, 1994, p.21 e 22.)

Por meio da pesquisa de campo, foram entrevistados cinco (5) estudantes da UD QIN. O trabalho de campo é possibilidade de se conseguir não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também de compreender melhor sobre a história e as culturas dos quilombolas de Campos Novos-SC, que esteve por muito tempo invisibilizada. A entrevista foi conduzida tendo como instrumento um questionário semiestruturado, conforme anexo I. Essa forma de condução da pesquisa possibilitou um melhor desenvolvimento da investigação do objeto em estudo.

2.1 LOCUS DE INVESTIGAÇÃO E SEUS DESLOCAMENTOS

O horizonte metodológico adotado aqui buscou responder ao problema de pesquisa, articulado com a revisão da literatura, com a fundamentação teórica e com a pesquisa de campo, considerando que as estudantes da EJA/Quilombola da comunidade QIN foram deslocados, para outro prédio construído pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, no distrito de Ibicuí no município de Campos Novos, para abrigar a Escola de Educação Básica José Faria Neto no período diurno e cedido no período noturno para o funcionamento da Unidade de Educação Jovens e Adultos que passou a atender a EJA/Quilombola.

É importante apresentar que, “para realizar uma pesquisa, é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas acerca de determinado assunto e conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.01) a

fim de garantir que a investigação se transforme em uma pesquisa científica e relevante para o campo da educação.

Quanto ao tipo de pesquisa, é importante ressaltar que se trata de uma investigação de cunho qualitativo. E quanto à relevância do método, ele se caracteriza por um tipo de pesquisa em que os processos analíticos consistem em uma análise criteriosa quanto à construção das categorias para a produção científica a partir de referenciais teóricos e de escolha de procedimentos adequados para a interpretações dos dados, sendo fator importante na construção deste tipo de conhecimento.

Em relação aos sujeitos pesquisados, eles são da comunidade QIN, localizada a 30 quilômetros da sede do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina. A comunidade QIN é formada por 330 famílias que ocupam uma área de terras que se encontra em disputa com a celulose Iguaçu, que se utiliza do local para plantações de pinus e eucalipto, sendo que parte já está sobre posse dos quilombolas, na condição de assentamento.

A comunidade QIN tem origem a partir de um testamento deixado em 1877, pelo então proprietário das terras o Major Mateus José de Souza Oliveira, que por não ter herdeiros deixou aos seus escravos em forma de testamento. O documento contém o texto testamentário de doação das terras da Invernada dos Negros aos escravos: Damazia; Margarida e Joaquim, incluindo também outros escravos, que deveriam ficar servindo sua esposa Dona Pureza Emília da Silva, sendo eles: Salvador; Pedro; Manoel; Josepha; Inocência; Jeremias e; Domingos. Contudo, o texto advertia que essas terras não poderiam ser vendidas, hipotecadas ou inventariadas e que os beneficiários dessas doações eram apenas usufrutuários.

Essas terras estão localizadas entre os municípios de Campos Novos e Abdon Batista, em SC. Para conhecermos a localização do território em que será realizada a pesquisa de campo e os sujeitos entrevistados, segue uma imagem deste território.

Figura 01 – Localização da comunidade QIN



Fonte: <https://www.google.com/search?q=Gered+de+Campos+Novos>. 27 jun. 2023.

Quanto ao testamento e a posterior perda do controle da área, é importante considerar que a comunidade QIN foi vítima de fraudes imobiliárias, em que tais terras foram adquiridas por terceiros sem que houvesse sido considerado o teor e/ou bem como a existência do testamento. A permanência da população quilombola se resumiu a pequenos espaços e recentemente a luta para reaver este território foi desencadeada, tendo como base os estudos antropológicos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos sobre Relações Interétnicas (NUER⁸), com vistas à aplicação do Decreto 4.887/03, que identificou a existência desta fraude.

A partir de então, o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária - INCRA⁹, foi provocado a tomar as providências, tendo como base a portaria de 02/04/2004 e a resolução de Tombamento: Art. 216, em que Remanescentes de Quilombolas Invernada dos Negros, passaram a ter suas certidões expedidas pelo INCRA junto ao projeto Quilombos no Sul do Brasil e reconhecido no ano de 2013, pela Fundação Cultural Palmares – SC. Essa ação é motivo de muitos conflitos sociais e batalhas jurídicas, de modo que, até o momento, as terras em favor dos quilombolas foram reavidas, parcialmente.

Neste contexto de conflito, é fundamental compreender a atitude da empresa Celulose Iguaçu ao realizar a demolição do prédio escolar que abrigava a Escola Faria Neto e a Unidade descentralizada do CEJA. Ao construir um novo prédio em um local diferente, a empresa justificou a demolição alegando que o prédio antigo estava situado em seu território. Entretanto, é importante ressaltar que, por se tratar de um prédio público, esse ato não observou o devido processo legal. Nessa pesquisa, a hipótese central a ser investigada é que essa atitude pode ser mais bem compreendida ao considerarmos o interesse manifestado pela comunidade QIN em utilizar o prédio como um espaço próprio para o desenvolvimento da política educacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) quilombola.

Este acontecimento é fator relevante que será pesquisado ao longo desta investigação, no sentido de buscar compreender se existem significados curriculares ocultos no ato de demolição do prédio escolar em 01/04/2020, que abrigava os(as) estudantes da EJA quilombola, das turmas Ensino Fundamental Final e Ensino Médio.

Quanto à distribuição das famílias quilombolas no espaço territorial, vale considerar, que elas residem em localidades conhecidas como: Espigão Branco; Arroio Bonito; Manuel Cândidos e; Corredeira. É na localidade de Corredeira em que há o maior número de famílias,

⁸ O NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas) surgiu em novembro de 1986 a partir de um projeto de pesquisa sobre territorialidade negra e invisibilidade no sul do Brasil.

⁹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

constituindo-se em uma espécie de núcleo comunitário, um ponto maior de referência da comunidade QIN.

As terras habitadas pela comunidade QIN possuem uma simbologia, caracterizando-se por sua forma de ser e viver, reconhecendo sua existência na permanente interação social e na luta pelo reconhecimento dos seus direitos como cidadãos. Esses aspectos foram explorados na pesquisa, no sentido de buscar entender como isso se apresenta no fazer curricular junto à EJA quilombola na experiência da comunidade QIN.

Nesse sentido, o estudo problematiza se o processo de deslocamento territorial da EJA da comunidade QIN, para o novo prédio, em local diferente, junto ao espaço em que passou a funcionar a Escola de Educação Básica Faria Neto, afetou e/ou interferiu a garantia do direito desses sujeitos em gozarem de uma educação cuja proposta curricular não descaracterize a caminhada que vinha sendo afirmada na direção de assegurar um fazer educacional articulado à EJA quilombola, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

2.2. OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO

Para atender aos objetivos de investigação, julgou-se necessário uma pesquisa de caráter bibliográfico amparada metodologicamente para Dmirtruk (2004, p. 73), “A pesquisa bibliográfica não é mero levantamento e resumo de autores, nem mera colagem de parte de obras ou textos da internet. A pesquisa, acima de tudo, é um exercício de síntese e diálogo”, ao explicar que para realização de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, são necessários os seguintes procedimentos metodológicos na pesquisa: a) levantamento e identificação e identificação das teses e dissertações, Domínio Público, sites, bibliotecas universitárias e outros espaços de socialização dessas pesquisa; b) leitura dos resumos das publicações disponibilizadas nas bases de dados em questão e construção de síntese prévia, levando em conta o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, as relações entre o pesquisador e a área e os resultados; c) leitura dos resumos e, quando necessários, os textos na íntegra dos achados do corpus encontrado e sua análise documental; d) sistematização dos dados categorizados por instituições, temporalidade, focos temáticos, referências teórico-metodológicos e contribuições das pesquisas; e) leitura analítica dos dados presentes nos achados; f) sínteses e conclusões de acordo com a apresentação dos dados, situando abordagens, fundamentos teóricos e aprofundamento dos principais autores e bases epistemológicas em que se referenciam as pesquisas analisadas; g) análise das considerações finais e elaboração do relatório final.

Conforme a abordagem qualitativa, possibilitar ao pesquisador apresentar contribuições para analisar e interpretar as relações existentes no objeto de investigação, apresentando um caráter de observação e interpretação dos fenômenos sociais, culturais, educativos, éticos, políticos, dentre outros. Segundo Trivinõs, (1986, p. 101);

[...] o pesquisador guia seu pensamento por determinadas formulações conceituais que integram as teorias, quando maneja os tubos de ensaio, procura obter conclusões no estudo da realidade social etc. Os instrumentos de pesquisa, o questionário, as entrevistas etc. para a coleta de informações são iluminadas pelos conceitos de uma teoria. (TRIVINÕS, 1986, p.101)

Para a compreensão deste tipo de pesquisa é significativo situar as cinco características básicas da pesquisa qualitativa ou naturalística, conforme Ludke e André (2012 p. 12-14), sendo: 1) tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como o principal instrumento; (2) os dados coletados pelo pesquisador são predominantemente descritivos; (3) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; (4) o “significado” que as pessoas dão às coisas e à vida são focos de atenção especial pelo pesquisador e (5) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Acrescentam Ludke e André (2012, p. 12 - 14) que há diferenciação entre pesquisa tradicional e pesquisa qualitativa. “O método de estudo dos fenômenos sociais aproxima-se daqueles utilizados pelas Ciências Físicas e Naturais, possuindo esquema simplificador de análise próprio dessas ciências”.

Portanto, se a pesquisa apresentar abordagem qualitativa, ela permitirá que o pesquisador analise e interprete as relações entre o mundo real e os sujeitos da investigação, sendo possível realizar a análise de dados com categorias mais gerais, deixando margem para que os dados possam emergir categorias empíricas. A pesquisa com esse enfoque permite mais objetividade e compreensão da ação social dos indivíduos pesquisados. Nesse sentido, Oliveira (2012, p. 61) indica que

[...] as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a agilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2012, p. 61).

Quanto ao seu objetivo, essa pesquisa é descritiva e exploratória a respeito do fenômeno estudado para investigação no campo de pesquisa, para construir os dados irei fazer entrevistas semiestruturadas aplicadas individualmente, em que terá um roteiro prévio de questões orientadoras para a construção dos dados da pesquisa. Segundo Pereira (2014, p.16), na pesquisa “semiestruturada, o pesquisador elabora um roteiro prévio, mas não fica preso a ele, tendo a possibilidade de inserir novas questões durante a entrevista”.

Os(as) estudantes entrevistados(as) eram da EJA do Ensino Médio da comunidade QIN, da Unidade Descentralizada, sediada junto ao prédio da Escola da Educação Básica José Faria Neto, no distrito de Ibicuí, município de Campos Novos-SC. As (05) cinco estudantes responderam as questões sobre aspectos relativos ao tema desta pesquisa, conforme roteiro constante no apêndice A. Desse modo, para responder às questões da entrevista as participantes da EJA QIN, assinaram o termo: TCLE, para que fosse possível seguir a pesquisa, diante de todo procedimento adotado, a pesquisa foi conduzida pela pesquisadora em uma sala privada em que cada participante foi entrevistada uma a uma, as falas foram gravadas em áudio.

Os procedimentos metodológicos são conduzidos com o compromisso de compreender a importância de utilizar um referencial teórico criteriosamente selecionado e alinhado aos pressupostos assumidos na pesquisa. Nesse sentido, o levantamento bibliográfico preliminar buscou por fontes relevantes, bem como requereu-se a leitura atenta do material e a redação do texto em um trabalho minucioso para assegurar o uso adequado das referências a serem utilizadas. Para Souza (2021. p.07) [...] “o racismo é o elemento central da sociedade brasileira moderna e o grande responsável pelo atraso moral, social, e político no Brasil”. Isso, demonstra quais os pressupostos que serão necessários serem assumidos, neste tipo de estudo.

Assim, o procedimento técnico da investigação conta com as análises de fontes bibliográficas referentes ao processo das repercussões e interfaces de territórios, bem como a pesquisa de campo, para buscar entender o sentido atribuído pelos sujeitos da EJA quilombola quanto aos deslocamentos na Unidade Descentralizada do CEJA quilombola.

Quanto à compreensão referente à educação de jovens e adultos quilombola, tomaram-se como aporte teórico os estudos na base teórica que sustenta essa investigação os quais estão ancorados em pesquisadores como: Freire (1987, 2007); Fernandes (1972 e 2008); Arroyo (2005, 2013 e 2017); Moraes (1999); Silva (2000); Souza (2018, 2018); Oliveira e Ferreira (2012) e Sanceverino (2016, 2019) entre outros(as).

2.3. OS (AS) SUJEITOS (AS) DA PESQUISA

As participantes pesquisadas foram 05 (cinco) estudantes entrevistados(as). Em termos de pesquisa, a opção pela pesquisa qualitativa se deve ao fato da possibilidade de ser construída uma amostragem das convergências e/ou diferentes perspectivas de percepção sobre o mesmo assunto pesquisado, permitindo uma categorização equilibrada do objeto analisado, já que essa quantidade corresponde a 25% do público deste nível de ensino desta Unidade Escolar de EJA/Quilombola (20 estudantes). Para a realização da pesquisa e da investigação do processo de coleta de dados, os(as) estudantes serão contatados(as) pela pesquisadora na Unidade

Descentralizada da Educação de Jovens Adultos Quilombolas (UD/Quilombola). O contato com os(as) estudantes foi presencialmente em que foram convidados a participar deste projeto, tendo os objetivos e os método explicados, apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Termo de Voz e o questionário (apêndice A do projeto), bem como os esclarecimentos de dúvidas que poderiam surgir.

A Seleção e a escolha dos sujeitos para pesquisa obedeceram aos seguintes critérios: 1º) paridade entre gêneros; 2º) maior tempo permaneceu na EJA/quilombola, desde o ensino fundamental ao ensino médio; 3º) maior idade; 4º) aceitação voluntária de participação. Foi feito um convite para os(as) estudantes que quisessem participar da pesquisa e com base nos critérios a sua devida triagem para a seleção. As entrevistas foram realizadas junto à Unidade Descentralizada de EJA/Quilombola, no Distrito de Ibicuí, município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, por meio de entrevistas semiestruturadas e pré-agendas, essas foram gravadas em mídia digital e aplicadas pela pesquisadora responsável. A devolutiva aos participantes será feita por meio de um seminário de socialização e discussão dos resultados em local reservado e apropriado na própria escola, para que eles possam discutir os resultados mais abertamente. Quanto ao local - Unidade Descentralizada de EJA/Quilombola, será organizado um momento de socialização dos resultados com todos os professores, servidores, estudantes e comunidade em geral.

Os dados de arquivos ficarão em posse da pesquisadora responsável, podendo ser disponibilizados para a professora orientadora naquilo que compete aos processos necessários para a orientação e para análise dos dados da pesquisa. Tais dados estarão de posse da pesquisadora por 05 (cinco) anos, sendo essa responsável pelo espaço e pelo lugar apropriado de guarda, desde o momento da realização das entrevistas, devendo ser guardados de forma digital e ou/impressa, conforme necessidade. Após esse período de guarda, os arquivos físicos serão destruídos completamente e os digitais excluídos. A escolha destes critérios foi estabelecida conforme a consonância com os objetivos da pesquisa. Para Bispo (2018),

no que lhe concerne, existem diversos tipos de pesquisa qualitativa. Dessa maneira, este estudo tem como foco uma investigação fundamentada na análise de conteúdo. Para Bardin (1977, p.38), ‘a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens’. Bardin (1977) cita exemplos que podem ser analisados, através da análise de conteúdo, um dos exemplos é: Desmascarar a axiologia subjacente aos manuais escolares (BISPO, 2018, p.19).

Para dar continuidade ao diálogo, a análise qualitativa dos dados, segundo a perspectiva de Minayo (1994), é concebida como um conjunto de procedimentos que auxiliam na descrição sistemática e objetiva de aspectos selecionados na pesquisa. Para a autora, essa

abordagem é fundamental para a compreensão mais profunda dos fenômenos estudados, permitindo uma análise criteriosa e embasada para a obtenção de resultados significativos.

A pesquisa qualitativa é difícil de ser traduzida em números e indicadores quantitativos, pois trabalha com o mundo das relações humanas, de suas representações, significados e intencionalidades, aos quais é necessário sempre um processo hermenêutico-interativo por parte do pesquisador. (MINAYO, 1994, p. 21).

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa terão garantido seu direito de anonimato comunicado e registrado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁰, apresentado aos sujeitos dessa pesquisa no momento de coletas de dados.

Esse acordo da não identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa é para que não se sentissem comprometidos ou receosos com suas respostas, facilitando a construção de dados significativos a fim de contribuir com a segurança ética destes, uma vez que a “garantia do anonimato pode favorecer uma relação mais descontraída, mais espontânea, consequentemente a revelação de dados que poderão comprometer o entrevistado se sua identidade não for protegida” (LUDKE; ANDRÉ, 2012, p. 50).

É necessário manter o sigilo dos participantes da pesquisa, além de outros aspectos éticos, como a liberdade de escolha de participação ou não é o conhecimento das estratégias de realização da pesquisa, acordados por meio do TCLE, elaborado conforme Resolução do Conselho Nacional da Saúde Nº466 de 2012 no item IV.3¹¹.

No percurso da proposta curricular da Educação Escolar Quilombola, incorporam-se conhecimentos tradicionais da comunidade em articulação com o conhecimento escolar e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, as quais dialogam e indagam a vida social da comunidade QIN, o que necessariamente exige muitos cuidados éticos. A seguir, pode-se ver na imagem uma família da comunidade QIN:

¹⁰ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE é o documento mais importante para a análise ética de um projeto de pesquisa. Pela nossa legislação, o TCLE é o documento que garante ao participante da pesquisa o respeito aos seus direitos. Por isso, o TCLE é documento obrigatório nos projetos, inclusive nos quais serão realizadas entrevistas, grupos focais etc.

¹¹ O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua 240ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de dezembro de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Considerando o desenvolvimento e o engajamento ético, que é inerente ao desenvolvimento científico e tecnológico. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Imagem 01 – Família quilombola da comunidade QIN



Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/santa-catarina/cultura-negra.htm> - 27 jun. 2023.

A imagem refere a uma família QIN, apresenta o contexto histórico sobre a história, a memória das comunidades QIN da Invernada dos Negros. A comunidade é compreendida como grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetórias históricas próprias, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência e por lutar pela desigualdades racial, econômica e educacional.

2.4. ESTRUTURA DA PESQUISA

A construção da pesquisa está organizada na seguintes bases, fez-se a busca nas referidas bases de dados, seguindo o refinamento por meio da leitura, quando da definição do objeto de estudo, indicam que existe a probabilidade de ser identificado durante a pesquisa, uma história permeada por processos de ausência de direitos básicos fundamentais, sendo a falta de acesso aos processos escolares fator agravante na capacidade da própria comunidade quilombola lutar para que os direitos sejam assegurados. Desse modo, é provável que a EJA/Quilombola, agora em desenvolvimento, colabore curricularmente para a superação dessas fragilidades de cidadania.

Para isso, inicia-se a amostra, no Brasil, em relação aos(às) cinco estudantes da pesquisa que irão atingir esses objetivos de investigação em que se empregará: a) uma revisão bibliográfica denominada Estado do Conhecimento (EC); b) revisão teórica e; c) entrevista semiestruturada. O EC foi feito em consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e bancos de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (GT/18). A busca foi feita a partir dos descritores, passando para a leitura dos títulos e dos resumos, para assim perceber a aproximação dos autores com tema. Feita a seleção por aproximação passou-se para a leitura, para a análise e para a interpretação dos trabalhos completos.

Na parte teórica, o estudo faz uma revisão epistemológica a fim de estabelecer as correlações existentes entre a questão dos negros no Brasil, as especificidades da vida quilombola, com as devidas conexões existentes a EJA/quilombola, a luz de uma interpretação do racismo estrutural.

2.5. APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, o que proporciona ao pesquisador uma abordagem metodológica flexível. Ao escolher esse método, o investigador desenvolverá um roteiro inicial, porém terá a liberdade de incorporar novas questões durante as entrevistas. Essa decisão é embasada na crença de que tais instrumentos são adequados e abrangentes o bastante para investigar eficazmente o objeto de estudo.

Quanto à metodologia da pesquisa, adotou-se a realização de entrevistas individuais, uma decisão fundamentada nos critérios de seleção dos participantes. Essa abordagem foi escolhida com base na consideração de que, ao se desconhecerem os detalhes da vida cotidiana dos entrevistados, a realização em grupo, poderá gerar situações em que certos indivíduos se sentiriam menos à vontade para expressar suas percepções. Tal restrição poderia comprometer a fluidez e a confiabilidade das entrevistas, uma vez que o tipo de sociabilização específica dos participantes pode escapar do conhecimento em geral. Dessa forma, as entrevistas individuais permitirão uma coleta mais precisa e autêntica de dados, possibilitando uma compreensão aprofundada do objeto de estudo.

Assim, optou-se por fazer individualmente as entrevistas, o que possibilitou mais previsibilidade e uma conversa mais tranquila, gerando condições de explorar de forma mais adequada os pontos pesquisados com mais aproximação para a abertura do diálogo das questões.

2.6. ANÁLISE – (RISCOS/BENEFÍCIOS)

Ao analisar a formação estrutural da pesquisa, os riscos são mínimos, tais como a possibilidade de participante se emocionar ao tratar de sua trajetória quilombola, a possibilidade de sentirem constrangidos diante de suas emoções ou do conteúdo discutido na pesquisa, termos, conceitos, palavras com vocabulário não apropriado; ter eventualidades emocionais geradas por questões que possam tocar em particularidades dos entrevistados.

Assim, para que nem um risco em potencial se concretize, a pesquisadora tomara todas as precauções quanto ao local, a forma de abordagem e o conteúdo da entrevista, mesmo assim caso ocorra alguma dessas situações, a entrevista será imediatamente interrompida ou mesmo

cancelada, sem qualquer implicação, bem como serão adotadas as medidas para evitar e/ou solucionar eventualidades de ocorrências, tais como: minimizar desconfortos, garantindo local apropriado para entrevista e liberdade para não responder a questões; garantir que a pesquisadora assegure profissionalmente a execução metodológica da entrevista; estar atento aos sinais de desconforto com a entrevista; assegurar a execução da entrevista ao tempo estabelecido; garantir confidencialidade, privacidade e a proteção das informações, garantir a não utilização das informações em prejuízo das pessoas; dar assistência às complicações e aos danos decorrentes dos riscos previstos; suspender imediatamente a entrevista ao perceber riscos e/ou danos ao participante da pesquisa; respeitar os valores culturais, identitários, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes; garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista conforme acordado no TCLE.

Essas reflexões vão nos possibilitar entender as contribuições para a compreensão desses grupos marcado ao entendimento e à clareza dos direitos quilombolas e de cidadania, junto aos sujeitos(as) pesquisados(as) e da sua percepção mais nítida da importância da educação para a construção da sua identidade. Em sentido social, os benefícios poderão ser percebidos pelo modo como a pesquisa vai oferecer subsídios à sociedade e, em especial, ao meio educacional para a compreensão de como a educação impacta na construção da identidade e dos direitos.

Mediante os procedimentos indicados, a opção que melhor se adaptou aos objetivos da pesquisa apresentada nesta dissertação é a análise de conteúdo. Sobre essa perspectiva, “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1995, p. 19). Conforme esta autora, análise de conteúdo constitui

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1995, p. 42).

Serão empregados princípios da análise de conteúdo, como técnica, para a interpretação dos dados coletados. “A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo [...]” (MORAES, 1999, p. 02). Como um procedimento rigoroso de construção do conhecimento em que [...] “a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos” (MORAES, 1999, p. 02). Para poder assegurar ao processo de pesquisa sua garantia de credibilidade.

Essas reflexões ajudam na produção dos saberes que serão usados como estratégias de

políticas de ações afirmativas para construção de políticas públicas, dando visibilidade a essa minoria que, muitas vezes, são insignificantes aos olhares do poder público.

3. O ESTADO DO CONHECIMENTO: EXPERIÊNCIAS EJA/QUILOMBOLA

A construção deste capítulo se refere ao Estado do Conhecimento (EC) referente à EJA/quilombola, tem como alusão às buscas nos bancos de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd-Nacional GT/18 que é o Grupo de Trabalho da Educação de Jovens e Adultos) e da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A referida busca foi realizada entre os dias 17 de novembro a 10 de dezembro de 2021, sendo que os trabalhos da ANPEd estão disponíveis na internet de 2004 até 2017.

Verifica-se uma escassez de pesquisas que abordem as questões étnico-raciais relacionadas ao povo afro-brasileiro e quilombola na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Grande parte dessas pesquisas prioriza a discussão das questões raciais e discriminatórias no contexto brasileiro. Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de políticas afirmativas que fortaleçam as estratégias de visibilidade de uma identidade positiva, enraizada nas culturas e nas crenças dos povos africanos. Com o objetivo de estabelecer um currículo que valorize a Educação da EJA na comunidade quilombola, empreendo uma revisão da literatura por meio do acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBCT/BDTD), uma referência essencial para a pesquisa e para a consulta de publicações que fundamentam a construção acadêmica e são relevantes para o desenvolvimento desta dissertação.

3.1. PERCURSO METODOLÓGICO

Foram selecionados os trabalhos com a busca com três (03) descritores, sendo o primeiro “EJA e invisibilidade quilombola”; o segundo “currículo oculto e EJA quilombola” e, o terceiro, “EJA quilombola”. A construção desses descritores seguiu duas etapas, o primeiro e o segundo descritor que trata de aspectos como: a EJA, a invisibilidade e o currículo oculto, numa relação com a questão quilombola não resultou em nenhum trabalho na ANPEd, exigindo, portanto, a construção de um terceiro descritor mais abrangente “EJA quilombola”, para assim ampliar a possibilidade de ser localizado os trabalhos, o que permitiu encontrar na BDTD 12 trabalhos e 07 artigos na ANPEd Nacional GT/18, sendo esses os trabalhos que constituem a construção inicial deste EC, conforme Quadro 01.

Quadro 1 – Resultado geral das buscas ANPEd Nacional, GT/18 e BDTD.

Banco de Dados	Artigo	Dissertação	Tese	Total
ANPEd Nacional – GT/18	07	0	0	07
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	0	12	0	12
Total Geral	07	12	0	19

Fonte: Elaborado pela autora a partir da busca, 2023.

A opção pelos bancos de dados da ANPED e da BDTD é apropriada e abrange, suficientemente, as necessidades metodológicas desta pesquisa. A ANPED oferece uma vasta gama de publicações científicas brasileiras relacionadas à área da educação, abordando de forma sólida o tema em questão. Por outro lado, o repositório BDTD é uma fonte valiosa que armazena a produção acadêmica das universidades brasileiras, permitindo uma busca eficiente e refinada de trabalhos relevantes. Essa combinação proporciona uma base sólida para a pesquisa, assegurando o acesso a estudos pertinentes que contribuirão significativamente para a construção da dissertação sobre as questões étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do povo afro-brasileiro e quilombola. Para autora Morosini (2015, p. 1),

Olhando diretamente para a metodologia de construção de um estado de conhecimento, é importante destacar que o *approach* da pesquisa está imbricado com o corpus de análise a ser trabalhado. Após a construção da pergunta de pesquisa e do *design* da investigação cabe ao pesquisador a seleção do *corpus* de análise, a partir das seguintes fases metodológicas, conforme Morosini (2015) [...] Análise de textos sobre produção científica, seus princípios, políticas e condicionantes, na perspectiva nacional e internacional; – Identificação da temática da tese ou da dissertação, com clarificação da pergunta de partida, e das palavras-chave ligadas ao tema; – Leitura e discussão sobre produção científica no plano teórico e no empírico teses, dissertações, livros, congressos – Identificação de fontes e constituição do *corpus* de análise (MOROSINI, 2015, p.111).

A busca tendo como descritor “EJA quilombola” possui uma característica mais abrangente e geral, o que possibilitou a localização total de 19 trabalhos, entre artigos e dissertações. Seguindo o processo de refinamento, foi realizado a leitura dos resumos dos trabalhos na busca por identificar as aproximações existentes com o objeto de estudo, o que resultou na seleção de um (01) artigo e de duas (02) dissertações, conforme Quadro 02 a seguir:

Quadro 02- Trabalhos selecionados pela leitura dos resumos.

Bancos de dados	Tipos de publicações	Palavras do título
ANPED Nacional - GT/18	Artigos	01
BDTD	Dissertações	02
	Teses	00
Total geral		03

Fonte: Elaborado pela autora a partir da busca, 2023.

Dessa forma, a pesquisa nos bancos de dados (ANPED e BDTD) com os processos de refinamento resultou em três (03) trabalhos que constituíram o banco de dados que será analisado e categorizado, levando em conta os autores, o título, o ano, o tipo de trabalho, banco de dados e as instituições, conforme o Quadro 03, que segue:

Quadro 03 - Fonte dos trabalhos.

Autores (as)	Título	Ano	Tipo	Base de dados	Curso	Instituição
Sandra Helena Ataíde de Lima	Educação e Comunidades Quilombolas de Laranjítuba e África – Município de Moju/PA: relação da EJA com costumes tradições de base africana.	2012.	Dissertação	BDTD	Mestrado em Educação	UFC-CE
Meire Cristina Cunha	Educação política e as TIC nos fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal de Goiás	2014	Dissertação		Mestrado em Educação.	UnB
Natalino Neves da Silva	A (in) visibilidade da juventude negra na EJA percepções do sentimento fora do lugar.	2013	Artigo	ANPEd	Reunião Nacional	FaE/UEMG

Fonte: Elaborado pela autora a partir da busca, 2022.

A organização das referências, neste estudo, tem como principal propósito facilitar a identificação dos trabalhos durante a análise. Já na etapa denominada "bibliografia anotada", o Quadro 04 apresenta de forma organizada a identificação bibliográfica dos trabalhos que foram analisados no escopo deste estudo.

3.2. SISTEMATIZANDO OS BANCOS DE DADOS

A organização das referências neste EC objetiva proporcionar uma revisão cuidadosa sobre a literatura brasileira relacionada e identificada com os objetivos do estudo e sua problemática, uma vez que visa a essa construção, a seguir é apresentado no quadro 04 a bibliografia anotada, organizada seguindo a identificação bibliográfica dos trabalhos analisados por ano, autor, título e resumo.

Quadro 04 - Bibliografia anotada no Banco de Dados.

LIMA , Sandra Helena Ataíde de. “Educação e comunidades quilombolas de Laranjítuba e África – município de Moju/PA: relação da EJA com costumes e tradições de base africana”. – 2012. 99 f.: il. color., enc. ; 31 cm. Mestrado (dissertação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.			
Ano	Autor	Título	Resumo
2012	LIMA , Sandra Helena Ataíde de	Educação e comunidades quilombolas de Laranjítuba e África	O estudo sobre a EJA começa no processo de industrialização e concentração nos centros urbanos, ocorridos a partir da década de 30, quando há consolidação de um sistema de educação no Brasil. Palavras-chave: Quilombolas. Educação Quilombola. EJA. População Negra.

CUNHA , Meire Cristina. “Educação Política e as TIC nos Fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás. Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Educação – FE Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado em Educação: 07/07/2014. Universidade de Brasília – UB: DF: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.			
Ano	Autor	Título	Resumo
2014	CUNHA, Meire Cristina	Educação Política e as TIC nos Fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás.	Dessa forma, esse segmento possibilita que outras pessoas se eduquem politicamente por intermédio de um portal colaborativo, inclusive colocando o conhecimento produzido a serviço dos movimentos sociais que militam por uma educação de qualidade social em nosso país.
A (in)visibilidade da juventude negra na EJA percepções do sentimento fora do lugar. Natalino Neves da Silva – FaE/UEMG. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd			
Ano	Autor	Título	Resumo
2013	SILVA, Natalino Neves da	A(in)visibilidade da juventude negra na EJA percepções do sentimento fora do lugar.	A intenção deste artigo é analisar o sentimento “fora do lugar” identificado a partir dos sentidos e significados atribuídos pelos/as jovens estudantes negros/as aos processos de escolarização da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A análise constitui parte da discussão realizada na pesquisa de mestrado em educação. A configuração da EJA vem se constituindo ao longo da história deste país em meio a tantos reveses, conquistas, avanços e retrocessos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Após a elaboração da bibliografia anotada, a próxima etapa da construção metodológica do Estudo de Caso (EC) é a organização da bibliografia categorizada. Nessa fase, os trabalhos analisados são agrupados em categorias específicas, seguindo uma organização que inclui informações como o ano de publicação, os autores recorrentes, o título, o objetivo da pesquisa, a metodologia utilizada e os resultados encontrados. Essa categorização da análise será apresentada a seguir no Quadro 05:

Quadro 05 – Categorização.

Ano	Autores recorrentes nos objetos de estudo trabalhos analisados com a perspectiva teórica do trabalho	Título	Objetivo	Metodologia	Resultados
-----	--	--------	----------	-------------	------------

2012	FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido	Educação e Comunidades Quilombolas de Laranjituba e África- Município de Moju/PA: relação da EJA com costumes e tradições de base africana.	O objetivo é investigar se o processo educativo da EJA considera os costumes e tradições africanas das comunidades Laranjituba e África.	Na primeira fase da pesquisa, realizou-se ampla revisão bibliográfica e documental, com análise de textos escritos sobre o negro no Pará e a EJA em busca do entendimento sobre o processo educativo para verificar se ele considera costumes e tradições africanas. Na segunda fase, adotou-se a pesquisa colaborativa, desenvolvida em reuniões com 28 participantes entre professores, estudantes e pais que trabalharam conjuntamente em apoio mútuo, com objetivos comuns e pactuados pelo grupo envolvido.	O estudo concluiu que, apesar de já existir esforço da secretaria de educação do município de Moju em construir uma proposta curricular para a EJA, elaborada pelos professores, com metodologia específica para remanescentes de quilombos, ainda faltam muitos outros esforços a fim de que o processo de ensino nas escolas das comunidades quilombolas Laranjituba e África de fato coloquem em prática as metodologias específicas da proposta curricular. Assim, a pesquisa traz relevante contribuição às Diretrizes da EJA do município de Moju, bem como aos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização ofertados pelo IFPA que desenvolve formação no município de Moju.
------	---	---	--	--	--

2013	ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública e FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.	a (in)visibilidade e da juventude negra na EJA percepções do sentimento fora do lugar.	Refletiu-se sobre os jovens pobres que participam de processos de escolarização da EJA, mas, no caso dos/das negros/as, é acrescida da vivência e da percepção, por vezes ambígua, da sua condição racial.	Ao analisar a juventude sob a perspectiva da diversidade, houve a tentativa de dar visibilidade a dimensões presentes no campo da Educação de Jovens e Adultos que se encontram, de certa forma, ainda no plano do invisível. Questionando ainda mais, se poderia dizer que alguns deles são invisibilidade no (e pelo) cotidiano da escola. A questão étnico-racial é uma delas.	Conforme se viu, a presença desses sujeitos nos faz repensar o fazer educativo, levando a ponderar em torno de um sentimento tão visível para presente nessa modalidade de ensino e de certa forma invisíveis nas práticas pedagógicas observadas.
------	--	--	--	---	--

2014	Manuel Castells (1999; 2003; 2013), Maria da Glória Gohn (2008; 2010; 2011), Paulo Freire (1996; 1997; 2011) e Pierre Lévy (1996; 1999; 2007).	Educação política e as TIC nos fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás.	O presente trabalho teve por objetivo principal analisar de que maneira os Fóruns de EJA do Distrito Federal (DF) e do Goiás (GO), seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil contribuem com a educação política de estudantes de Pedagogia em espaços não escolares; e, concomitant e a isso, identificar as práticas e os desafios de uma educação política, apoiada pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC)	Analisar os modos como os Fóruns de EJA do DF e do GO, os seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil contribuem efetivamente com a educação política de estudantes de Pedagogia em espaços não escolares. Concomitante a essa investigação, identificar as práticas e os desafios de uma educação política, apoiada pelas TIC.	A natureza da pesquisa foi qualitativa, sendo a principal estratégia metodológica utilizada o estudo de caso, com pesquisa de campo exploratória e pesquisa documental. Realizei entrevistas individuais semiestruturadas com oito integrantes do segmento universidade - quatro da Universidade de Brasília (UnB) e quatro da Universidade Federal de Goiás (UFG) - militantes da EJA trabalhadores em seus respectivos Fóruns: GTPA-Fórum EJA/DF e Fórum de EJA de GO, <i>lôcus</i> da pesquisa.
------	--	---	---	---	--

Durante a organização deste EC, foi observado que a categoria EJA Quilombola está dispersa entre os trabalhos e a maioria deles não apresenta uma formulação explícita sobre esse tema. No decorrer da pesquisa, foram identificados alguns apontamentos que evidenciaram a relevância deste estudo, revelando um estado do conhecimento que justifica a importância de investigar a temática da EJA Quilombola de forma mais aprofundada. A autora Morosini (2015, p.07) aponta que “um dos méritos deste estudo é a identificação e a organização da produção sobre Internacionalização da Educação Superior, entretanto é importante que outras pesquisas se realizem para o tensionamento dessas categorias”. O que se percebeu que as pesquisas abordam o assunto da EJA QIN nas áreas, mas o processo ainda é pouco abordado nos âmbitos das

pesquisas científicas. Sendo assim, a EJA invisibilidade quilombola é um objeto importante para ser pesquisado.

3.3. ANÁLISE DO ESTADO DE CONHECIMENTO: NA EJA QUILOMBOLA NO BRASIL

Os trabalhos selecionados pelo título se associam a uma perspectiva educacional que demonstram um comprometimento dos(as) autores(as) com uma perspectiva educacional das classes populares quilombola. No entanto, a parte significativa desses não faz referência sobre a invisibilidade da educação da EJA na comunidade quilombola.

Esse motivo levou a análise de, somente, três trabalhos, são eles: 1º Educação e comunidades quilombolas de Laranjituba e África – município de Moju/PA: relação da EJA com os costumes e tradições de base africana” (2012), dissertação de autoria de Helena Sandra Ataíde de Lima, defendida em 2012; 2ª dissertação como o tema: Educação Política e as TIC nos Fóruns da EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás – GO (2014) e 3º artigo de Meire Cristina Cunha: A (in)visibilidade da juventude negra na EJA percepções do sentimento fora do lugar, ANPED, 2013.

As três pesquisas analisadas indicam aproximação com a pesquisa e com Freire (1987, p.27), que segundo o autor, primeiro os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; segundo que, passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

O entendimento, para fins das concepções assumidas neste trabalho, é que a educação junto à EJA tem por função e especificidade ser fonte construtora de processos que possibilitem a construção da visibilidade desses sujeitos em sociedade, bem como subsidiar a garantia de direitos, porém a fundamentação ao longo dos trabalhos analisados no EC pela invisibilidade de maneira não detida e superficial, o que indica que este trabalho tem à frente, como desafio, produzir uma dissertação que assuma lance luz sobre tal posição.

O direito à vivência plena e à garantia da visibilidade do processo educativo da garantia das necessidades básicas de aprendizagem, tendo os seguintes eixos norteadores da Declaração Mundial que são aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a aprender.

Assim, a EJA/QIN surge não só como espaço de escolarização, mas como espaço de vivências dessas pessoas no trabalho, na cultura e nos aprendizados. Segundo Arroyo (2005);

a EJA sempre aparece vinculada a um outro projeto de sociedade, um projeto de inclusão do povo como sujeito de direitos. Foi sempre um dos campos da educação mais politizados, o que foi possível por um campo aberto, não fechado e nem burocratizado, por ser um campo possíveis intervenções de agentes diversos da

sociedade, como propostas diversas de sociedade e do papel do povo (ARROYO, 2005, p. 31).

O autor explica, ainda, que deste a sua constituição como campo educacional os jovens e adultos estão presentes na EJA. Assim, o processo de escolarização da EJA/QIN, como modalidade de ensino-aprendizagem vem como uma tarefa e relevância social, levar à frente esta problemática, buscando relacionar de maneira sólida e consistente as relações entre EJA/QIN e a invisibilidade, apresentando a importância da modalidade de ensino, em especial a lei 10.639/2003 de 09 de janeiro 2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola de Santa Catarina e o Currículo do Território Catarinense, Legislações, diretrizes e documentos para poder avançar na construção da garantia dos direitos e das compreensões entre os processos de construção da EJA/quilombola na superação da invisibilidade destes sujeitos sociais. Nesse sentido, por meio da abordagem etnográfica, pode-se estabelecer uma maior aproximação da realidade dos sujeitos investigados, possibilitando- a compreensão e o esclarecimento da temática em questão.

4. EDUCAÇÃO EJA QUILOMBOLA

Neste capítulo, discutir-se-á a importância da EJA/quilombola no sentido de entender como vem sendo construída da produção teórica brasileira na perspectiva da construção da visibilidade destes sujeitos junto à sociedade civil.

4.1. EJA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Na perspectiva da literatura sobre a EJA, vem-se ganhando relevância no dia a dia, de acordo com Sanceverino (2016, p.36), a autora afirma que

[...] importa-nos a busca por um processo educativo alicerçado no entendimento da categoria mediação como práxis, desenvolvida com finalidade que tem o trabalho como princípio educativo e que, portanto, atenta às questões centrais: para quem ensinar? Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? Nessa perspectiva, uma didática que considera o (a) professor (a) articulador e potencializador de mediações, e os estudantes, sujeitos ativos e atuantes, problematizando a realidade social atual de forma a transformá-la.

Ao reafirmar a política do diálogo como fundamento da prática pedagógica para compreender essa realidade, isto é essencial. Nesse sentido, o diálogo torna a mediação ao buscar garantir as estudantes da EJA/QIN o direito à educação de jovens e adultos, destaca Sanceverino (2016, p. 7) que

Freire (1981) sempre destacou a importância da dialogicidade, isso porque o diálogo entre educador e educando é o aspecto fundamental para a problematização de situações reais vividas. É nesse movimento que começa a formação da nova percepção e do novo conhecimento, relacionado ao que Freire chama de "consciência máxima possível" (idem, p. 126). Freire (idem) discute os conceitos consciência real (efetiva) e consciência máxima possível tendo como referência as ideias de Goldman.⁸ Na consciência real, os homens se encontram limitados na possibilidade de perceber mais além das situações-limite, e na consciência máxima possível identifica-se com as soluções praticáveis despercebidas (idem, ibidem). Esses conceitos são equivalentes, respectivamente, aos conceitos de consciência ingênua e consciência crítica, adotados por Freire. 'Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto para intervir na realidade para mudá-la' (Freire, 1980, p. 19). E, nesse sentido, o diálogo é o que desvela a realidade. (SANCEVERINO, 2016, p. 7)

Na formação do ser social por meio da educação, é de suma importância compreender as mediações presentes nas atividades humanas como base e como orientação para a prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos da EJA/QIN. Nesse contexto, é fundamental que o(a) professor(a) desenvolva um projeto coerente que promova uma cultura do diálogo em sala de aula. Essa abordagem cria um ambiente propício para o aprendizado, incentivando a troca de ideias, o respeito às diferentes perspectivas e o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais para a formação abrangente dos estudantes. Nesse contexto, as experiências de

aprendizagens mediadas pelo diálogo possibilitam aos(as) estudantes para a preparação ao alcance do mundo, para que eles(as) compreendam a realidade que os cerca e possam intervir nela. Dessa maneira, Sanceverino (2016, p. 238) declara,

Na perspectiva desse diálogo, que o “olhar” da sala de aula e o “a escuta” das entrevistas deu-se a partir de uma prática “suleada” por três dimensões mediadoras básicas: a intencionalidade dos sujeitos; a prática pedagógica orientada; e o exercício do diálogo como fundamento. Elas se entrelaçam e constroem uma trajetória, à medida que essas dimensões, numa relação muito estreita, articuladas entre si, desvelam totalidades que estavam em íntima e interdependente relação. São dimensões diferentes, mas não separadas, que se completam, ou seja, se constituem na relação, que se completam, ou seja, se constituem na relação, em múltiplas conexões (SANCEVERINO, 2016, p. 238)

A necessidade de desenvolver um currículo próprio para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) quilombola emerge como uma demanda para atender à especificidade sociocultural dos setores populares. Segundo Arroyo (2017, p. 132), “o tempo da educação pode ser um tempo de afirmação do direito à cidadania e ao conhecimento”. Ao problematizar a realidade social em que se insere o sujeito da EJA e aferir que um dos primeiros traços que marcam a vida dessas pessoas é a importância do acesso à educação, o autor chama atenção para o fato de que são, exatamente, essas pessoas que triplicam o trabalho informal devido ao acesso à escolaridade.

A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas é constituída por pessoas às quais se foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela não oferta de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis em suas vidas, dentre outros fatores. A história da EJA, portanto, expressa a multiplicidade das forças sociais, das lutas que marcaram a construção da atual LDBEN Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Pode-se afirmar que o Brasil possui uma legislação capaz de produzir avanços educacionais significativos, contudo, na atualidade, há um cenário de crise da sociedade brasileira e da adoção de políticas de estado mínimo, o que impõe vigilância e movimentos de lutas em prol da defesa dos direitos e das conquistas sociais objetivadas nas últimas décadas, pois se observam, em curso, retrocessos no âmbito das políticas públicas e da busca de direitos da população. Entre esses retrocessos, tem-se a questão da não garantia do direito à educação pública de qualidade por parte da população, particularmente, àqueles das camadas populares.

Esse aspecto da garantia de qualidade faz a refletir quanto à necessidade de a educação se deter na construção de currículo reflexivo que atenda às condições humanas. Corroborando, nesta perspectiva, Sanceverino, (2019, p.04) faz as seguintes considerações quanto ao caráter mediador do trabalho na construção do currículo.

Nosso intento é refletir acerca dos princípios que entendemos seja fundamental que configurem, predominantemente, o caráter mediador do trabalho como elemento de articulação nos processos de elaboração do currículo¹² das pessoas que vivem do trabalho. Compreendemos ser necessário à construção de um novo parâmetro de escola para o(a) trabalhador(a). Isso nos aponta a necessidade de reflexão sobre a dimensão que o trabalho, como categoria fundante, tem assumido e que ele ainda pode assumir. Nesse terreno, não ausente de conflitos, a EJA, formulada em meio às lutas pela garantia do direito à educação, emerge na perspectiva de contraposição ao modelo hegemônico, buscando a construção/reconstrução de uma teoria crítica. (SANCEVERINO 2019, p.04.)

O reconhecimento das diferenças étnico-raciais e de classe estão presentes na divisão social do trabalho, cujos sujeitos sociais possuem nas sociedades de classe um lugar nas relações de produção, sendo a escola lugar apropriado para no seu desenvolvimento curricular contribuir para a compreensão multiétnica e de classe, isso indica que a escola deve reordenar os conteúdos para o eficaz desenvolvimento das práticas pedagógicas, pois segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2019, p.68), quando remete a reflexão sobre os conteúdos curriculares considera que

são conteúdos marcados pela desvalorização, pela intolerância e pela ausência de conhecimento. Falamos do machismo, do racismo da homofobia, da intolerância religiosa, dos preconceitos regionais, geracionais, entre outros. O racismo é outras formas de discriminação, embora não tenha nascido na escola, perpassam esse ambiente e ali precisam ser combatidos (SANTA CATARINA, 2019, p.68).

A superação da opressão e da discriminação é objeto presente nos fazeres educacionais progressistas e aqui neste estudo a ênfase dada à questão étnico-racial no contexto da EJA/quilombola. O currículo neste fazer educativo não consegue ser autêntico sem que atue na superação da discriminação, exclusão e superação das diferenças produzidas dentre de uma construção histórica de racismo estrutural no Brasil. O estudo de conteúdos afro-brasileiro na formação escolar é entendido como uma das possibilidades educativas que levam em conta a pluralidade étnico-racial. Conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina (2019),

É preciso considerar de que, para a EJA, não há um documento da Base Nacional Comum Curricular e, sobre a necessidade de sua elaboração, não há um consenso nacional, são mais os posicionamentos contrários do que os favoráveis. De qualquer modo, reafirma-se que é preciso garantir princípios fundamentais que considerem a diversidade de sujeitos, suas particularidades, seus saberes e suas histórias de vida ao se pensar em um documento curricular para a EJA. (SANTA CATARINA, 2019, p.75.)

Nesta perspectiva, é válido considerar que a Proposta Curricular de Santa Catarina é um documento que orienta os processos de garantia e de obrigatoriedade do ensino de conteúdos de matriz afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas. Este documento é

¹² No Brasil, o Currículo da EJA vem sendo tema de debate por pesquisadores da área, os quais citarei alguns: Barcelos (2010; 2012); Oliveira (2007; 2009); Paiva (2004); Ribeiro (1997); Soares (2002).

orientador das práticas pedagógicas em sala de aula. Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina, “[...] a diversidade cultural é um processo de desconstrução e construção que leva em conta a identidade cultural de cada estudante” (SANTA CATARINA, 2019, p.59). Nesse intento, a escola se torna um espaço de respeito e de dignidade para os seres humanos, pois a,

[...] a diversidade pode ser entendida como construção histórica, cultural e social das diferenças. Uma Construção que ultrapassa as características biológicas observáveis a olho nu. Neste sentido, as diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação dos seres humanos ao meio social e no contexto das relações de poder. (SANTA CATARINA, 2019, p.54).

Considerar a diversidade é refletir sobre a sociedade como um todo, por isso a relevância de abordar nas instituições de ensino as distintas experiências e perspectivas de vida. Essa discussão ajuda a entender as variações humanas e auxiliar no crescimento de alunos capazes de se tornarem protagonistas de suas narrativas. É vital ponderar sobre as abordagens pedagógicas em sala de aula e sobre o método de transmitir e assimilar conhecimento. A Proposta Curricular de Santa Catarina centra-se no pressuposto de que,

[...] o direito à educação para todos deve ser garantido por meio da efetivação de política contra formas associadas de exclusão, em especial aquelas motivadas por preconceito e discriminação de natureza étnico-racial, de orientação sexual ou de identidade de gênero, bem como, qualquer outra decorrente de conteúdo ou condutas incompatíveis com a dignidade humana. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero passa pelo reconhecimento desses sujeitos pelo seu direito a estar na Educação Básica. (SANTA CATARINA, 2019, p.60.)

Ainda, nesse sentido, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2019), afirma que os sujeitos da diversidade são todos os brasileiros, mas há que se destacar os grupos que vivenciaram processos de preconceito e de discriminação, como é caso dos indígenas, dos quilombolas, sujeitos do campo, sujeitos da educação especial. Sendo assim, a Proposta Curricular de Santa Catarina,

[...] tem como objetivo de falar sobre a importância da educação das Relações Étnico-Raciais, trata-se de uma política curricular determinada pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2003b, 2006b), que torna obrigatória o ensino de conteúdo das matrizes afro-brasileira, africana e indígena nos currículos das escolas. Advinda das políticas de reparação, objetiva atender as demandas das populações negras e indígenas brasileiras no sentido de vislumbrar ações de reconhecimento e de valorização de sua identidade histórico e cultural na educação. (SANTA CATARINA 2019, p.66.)

É recorrente a compreensão que uma escola propicia oportunidades de inclusão social e do tão desejado mundo de igualdade. Nesse contexto, é fundamental que a educação no contexto da EJA quilombola colabore na construção do horizonte de esperança que move a educação comprometida com a luta por justiça e igualdade.

O que remete a um entendimento que todo estudante deve ter acesso aos processos de aprendizagem e um ensino público de boa qualidade, porque tudo que pode ser aprendido e ensinado faz parte da cultura e, isso, pode ser iniciado na educação infantil sobre a cultura e a identidade e, posteriormente, passando para as outras etapas e modalidades da educação básica. Assim, todos podem usufruir de seus direitos como cidadãos. Conforme, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2019, p.144),

[...] é preciso, pois, buscar o equilíbrio entre o enfoque entre nos gêneros das esferas relacionadas às vivências cotidianas e aqueles da esfera literária. Não se trata, aqui de retomar uma abordagem que sacralizou o livro e que tinha trechos de obras literárias, tomadas avultantes, como enfoque em propostas de compreensão leitora focadas na estrutura. Trata-se de conceber o campo da literatura como suas especificidades histórico-culturais, sociais, políticas, étnico-raciais. (SANTA CATARINA, 2019, p.122)

A escola socializa o conhecimento, entretanto, exige-se que ela tenha uma nova concepção e uma forma diferenciada de trabalhar, com uma renovação na sua postura de socialização dos conhecimentos de nível mais elaborado, que prepare o estudante para ser criativo e pensante, cidadãos críticos e comprometidos com o respeito à diversidade.

Sobre a compreensão do conceito da diversidade na escola. É significativo afirmar que a sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos étnico-raciais que a caracterizam, em termos culturais, raciais e de gênero. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades e discriminações, especificamente contra negros e indígenas, impedindo, dessa forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político e social.

Logo, é perceptível que a diversidade cultural é um traço das sociedades humanas e, similarmente, a escola reflete essa variedade, representando a sociedade em toda a sua diversidade. Para Arroyo, (2017, p.85),

resistir a essa subalternização confere uma extrema radicalidade às resistências dos trabalhadores do campo, dos indígenas, dos quilombolas. Confere radicalidade aos processos de sua afirmação como sujeitos, como humanos, trazendo para o pensamento pedagógico outro padrão não subalternizado de pensá-los. Outra matriz, outro paradigma epistemológico-pedagógico exigindo outras políticas, outras práticas de educação dos trabalhadores (ARROYO, 2017, p.85).

Associar a educação aos movimentos de luta por libertação converge com a compreensão do papel social da educação e da escola na promoção de valores culturais emancipatórios. Sob essa perspectiva, a escola se torna um espaço vital para o debate acerca dos direitos dos trabalhadores, bem como para a formação de um sentimento de pertencimento a uma sociedade que deve ser inclusiva e pertencer a todos. Segundo Santa Catarina, (2019, p. 74),

Por esse caminho, sustenta-se a base metodológica da prática pedagógica da educação popular, como possibilidades para pensar a EJA: as próprias reais concretas e objetivas de vida dos sujeitos, cujo processo de escolarização deve partir do contexto das significações populares para então articular com os referenciais teóricos construídos pela cultura científica. (SANTA CATARINA, 2019, p. 74)

Portanto, a educação representa um veículo para a emancipação, servindo como uma ferramenta vital para combater a condição de invisibilidade que os indivíduos quilombolas enfrentam na comunidade QIN, particularmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

4.2. RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO NA EJA QUILOMBOLA.

Em se tratando do processo escolar, o currículo na escola ocupa parte significativa na construção da libertação social, tendo como objetivo estruturar o conhecimento da realidade, da diversidade social e cultural. Para Pacheco (2005, p.389), ser “o alfa e ômega do currículo, o conhecimento passa a ser o elemento central¹³ da educação escolar, entendida nas suas múltiplas finalidades e nos seus processos e práticas de organização.”

Nesse sentido, é significativo a atuação do professor no desenvolvimento curricular junto ao processo pedagógico na prática de ensino e aprendizagem, para identificar qual a importância do currículo para a construção cultural na educação, como processo de ensino e aprendizagem na vida em sociedade dos sujeitos. Buscando entender em que contexto esses sujeitos se encontram? E qual é o papel da escola na construção da cultura cidadã? Para Arroyo (2013, p.13),

é fundamental a importância de compreender quem são os sujeitos sociais em que constituem o processo histórico da sociedade brasileira, caracterizando, os aspectos econômicos e sociais e culturais na construção social de uma identidade que garanta que esses sujeitos tem uma escolarização de educação e cultura alinhadas à pedagogia da alternância voltada a seus reconhecimentos de seus processos históricos e culturais. (ARROYO, 2013, p.13.)

A correlação entre as teorias analisadas e as discutidas em sala de aula, com o propósito de construir um currículo escolar, eleva a diversidade ao papel de elemento chave na modernização curricular. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da comunidade QIN tem se destacado por intensificar a visibilidade da Educação como processo de estruturação de uma sociedade que acolhe e promove uma educação antirracista. Conforme Arroyo (2013, p.13),

[...] um indicador é a quantidade de diretrizes curriculares para a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, Ensino Médio, EJA, educação do campo, indígena, étnico-racial, formação de professores etc. Quando

¹³ Para análise desta centralidade, ver Silva (2000) e Pacheco (2005).

pensa em toda essa diversidade de currículos sempre se pensa em suas diretrizes, grandes, estruturas, núcleos, cargas horárias; uma configuração política do poder. Outro indicador de centralidade política do currículo na ênfase nas políticas de avaliação do que ensinamos. (ARROYO, 2013. p.13)

Assim, a escola é um espaço para construção da cidadania. Nesse sentido, considera-se a importância dos gestores a fim de que os professores valorizem o currículo escolar e trabalhem os assuntos relacionados às relações étnicas raciais na formação do aluno-cidadão, possibilitando a convivência com a diversidade.

A escola é vista como um potencial plataforma para edificar uma sociedade cidadã e democrática. O acesso à educação é um meio para promover o desenvolvimento, devendo ser fundamentado na pluralidade educacional. Portanto, entender a diversidade cultural como um processo que deve considerar a identidade cultural individual de cada aluno, permite que a escola se transforme em um ambiente de respeito e dignidade para todos os indivíduos. Para Arroyo (2013. p.9), “o foco de nosso olhar é a sala de aula, espaço central do trabalho docente, das tensas relações entre mestre e estudantes, sobre o que ensinar-aprender, sobre currículo, redefinido na prática em tantas ações e tantos projetos que nossa criatividade inventa”.

Considerando a reflexão empreendida até aqui, no contexto da EJA quilombola, os aspectos analisados problematizam nesse fazer educativo as seguintes questões: Que escola se deseja? Que concepções de currículo são necessários? Que estudantes precisam se formar? Com o entendimento que as construções destes conhecimentos, geram conscientização e formação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento cultural. Nesse sentido, para Pacheco, (2005, p.398.),

[...] a educação e o currículo são projetos de questionamento, construídos na diversidade e pluralidade de marcas pessoais e sociais, compreensíveis na base de uma conversação complexa. Por isso, o currículo é um projeto de espaço e tempo subjetivos, com espaço e tempos sociais, vinculados aos sujeitos e seus modos de conversação, pelo que só poeticamente, pelo menos nas palavras de Clarice Lispector (2005), pode ser dito: “Experimento viver sem passado, sem presente e sem futuro.... eis-me aqui livre (PACHECO, 2005, p.398).

Dialogando neste entendimento em que a educação libertadora é fonte construtora da emancipação humana, é relevante considerar, neste estudo, que trata da EJA QIN, que o negro no Brasil tem, sobre sua história, marcas de negação dos seus direitos, dentre eles o acesso à educação escolar, pois o conhecimento científico como forma de poder é concebido, historicamente, como privilégio das elites lastreadas no escravismo, desenvolvendo assim, um sistema de desigualdade também pela educação. Para Arroyo (2013, p.13), a

[...] função da escola, da docência da pedagogia vem se ampliando, à medida que a sociedade e, sobretudo, os educandos mudam e o direito à educação se alarga, incluindo o direito ao conhecimento, às ciências, aos avanços tecnológicos e as novas tecnologias de informação. Mas também o direito à cultura, às artes, à diversidade de linguagens e

formas de comunicação, aos sistemas simbólicos e ao sistema de valores que regem o convívio social, à formação como sujeitos éticos (ARROYO, 2013, p.13).

Conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina (2019, p.69),

A Educação Especial, a Educação Escolar Indígena, a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola devem ser compreendidas como MODALIDADE de ENSINO, e assim como os demais currículos escolares, constituem –se em organização do conhecimento escolar. Segundo este pressuposto, o currículo escolar deve ser flexível, quando a sua organização e funcionamento, deverá priorizar as necessidades de pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidade/superlotação e dos grupos étnicos, bem como os meios que promovam os processos que efetivem sua metodologia e proporcionem o desenvolvimento intelectual do sujeito dos seus processos próprios de aprendizagem (SANTA CATARINA, 2019, p.69).

Dessa forma, o currículo apresenta um papel significativo na construção dos conhecimentos quanto à diversidade cultural, tendo como sentido orientar a aprendizagem e permitir aos estudantes os avanços formativos civilizatórios conforme a sua própria história. De acordo com Moreira (1999, p.28),

o currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensivamente, para construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do (a) estudante. Currículo é um campo em que se tenta impor tanto a definição particular de cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura. Currículo é um território em que travam ferozes competições em torno dos significados (MOREIRA, 2008, p.28).

Ao lidar com o currículo sob um prisma democrático, este acolhe e viabiliza a participação ativa dos estudantes, instigando-os a se tornarem agentes na construção de um currículo dinâmico que promova sua caminhada rumo à emancipação. Sob essa ótica, pode-se ver o currículo como um componente integrante da educação no processo pedagógico de ensino-aprendizado dos alunos. A estratégia se baseia no princípio de aprender para atuar, e atuar para transformar, sempre mantendo o respeito pelos conhecimentos culturais. Para Moreira (2007, p.20), entende-se que,

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmico – e mais imprevisíveis- da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder seja, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente crescente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de política cultural. (MOREIRA, 2007, p. 20)

Nesse contexto a escola atende uma função social nas modificações de padrões de comportamento, respeitando a diversidade e o currículo na medida em que atende aos objetivos da comunidade. Na visão Gomes (2007, p.17 e 18),

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. Há uma relação estreita entre o olhar e o

trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas (GOMES, 2007, p. 17 e 18).

Entender o conceito de cultura e sua diversidade na humanidade é significativo para poder pensar a dinâmica curricular articulada aos processos inerentes ao processo histórico em que um dado fazer educacional encontra-se inserido. Assim, Arroyo (2007, p.22) chama atenção para a importância da organização curricular do processo pedagógico de uma escola para conseguir atingir o conhecimento do que ensinamos aos estudantes. O autor afirma que

O currículo vem conformando os sujeitos da ação educativa – docentes e alunos. Conforme suas vidas, produz identidades escolares: quem será o aluno bem-sucedido, o fracassado, o aprovado, o reprovado, o lento, o desacelerado, o especial. Ser reconhecido como escolarizado ou não e em que nível condiciona até o direito ao trabalho. Como marcam as identidades das infâncias, adolescências e até da vida adulta? Nossas vidas dependem do aluno formas bem-sucedidas ou fracassadas na escola (ARROYO, 2007, p.22).

A superação dos fracassos na vida, associadas com oportunidades escolares é significativo, pois a educação colabora de modo proativo para a libertação, quando comprometida com uma compreensão crítica de mundo e de sociedade, uma vez que a educação é uma atividade humana de ação e efeito, em que a prática de educar possibilita a orientação para a vida social. Na perspectiva de Freire,

[...] a ação cultural para a libertação, que caracterizou o movimento que lutou pela realização do anúncio, deve transformar-se em revolução cultural. Isto não significa, porém, que o simples fato de desenvolver uma tal prática seja bastante para libertar as classes oprimidas. Isto significa que tal prática ajuda a libertação na medida em que contribui para que os alfabetizados compreendam sua realidade em termos críticos. (FREIRE, 1981, p. 67).

A educação para a libertação é importante ser compreendida na perspectiva de classe social. Em se tratando de classes populares, os sucessos e/ou fracassos escolares demandam de um conjunto de ações que possibilitam a estruturação do capital cultural, para que essas barreiras socioculturais não sejam internalizadas pelos sujeitos oprimidos como se o fracasso recaísse em forma de culpa aos indivíduos. Para Souza (2018, p.15),

[...] a possibilidade de aprendizado efetivo na escola requer a existência anterior, no ambiente doméstico e desde a mais tenra idade, de estímulos emocionais e morais (também invisíveis) [...], em seu conjunto, essa herança imaterial permite a reprodução do privilégio da classe média real de uma geração a outra, transmitindo, por meio da socialização familiar típica da classe, o bom aproveitamento da escola e, mais tarde, o ingresso privilegiado no mercado de trabalho. (SOUZA, 2018, p. 16)

A escola como espaço de aquisição e de construção de conhecimento, para o desenvolvimento da sociedade tem como desafio propiciar uma reflexão na vida coletiva. Neste sentido, Lima (2008, p.21) diz que

[...] o conhecimento torna-se não somente uma aquisição individual, mas uma das

possibilidades de desenvolvimento da pessoa que terá reflexos na vida em sociedade. Formar a pessoa para situar-se, inclusive, como membro de grupo passa a ser, também, um objetivo de uma educação escolar voltada para a humanização (LIMA, 2008, p.21).

A escola socializa o conhecimento e ao fazê-lo dentro de uma concepção libertadora forma de modo diferenciada os(as) estudantes para o mundo do trabalho e a inserção autêntica em sociedade, permitindo o progresso no exercício da cidadania.

A perspectiva educacional para libertação, aqui reiterada, passa fundamentalmente pela construção de um entendimento de currículo que respeite os seus sujeitos. Pensando a EJA, nessa dimensão, e, em particular, a sua estruturação no contexto quilombola, equivale afirmar que o fazer curricular fortalece o sonho de uma escola com significação sociocultural em que os valores, as vivências e os saberes desta população sejam assegurados e suas dimensões simbólicas respeitadas. De acordo com Sanceverino e Laffin (2019, p.02),

[...] nesse terreno, não ausente de conflitos, a EJA, formulada em meio às lutas pela garantia do direito à educação, emerge na perspectiva de contraposição ao modelo hegemônico, buscando a construção/reconstrução de uma teoria crítica (SANCEVERINO e LAFFIN, 2019, p.4).

Considerar a importância da visibilidade das raízes históricas culturais referentes ao povo da EJA, a comunidade QIN, localizada no município de Campos Novos-SC, o estudo busca evidenciar como os aspectos do currículo como meio de construção do conhecimento da cultura contribui para a construção da cidadania, da educação e da identidade. Assim, após os estudos teóricos, busco no contexto das análises apresentar a importância da educação como elemento de cultura e saberes sociais significativos na afirmação da identidade.

4.3. AS PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS ÉTNICO-RACIAIS NA EJA/QIN

A Constituição de 1988 assegurou constitucionalmente os direitos civis, políticos e sociais a todos os cidadãos brasileiros. Segundo o artigo 6º desta Constituição (1988), os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, entre outros, foram expressamente garantidos. A regulamentação e a implementação concreta desses direitos foram sendo progressivamente desenvolvidas nas décadas subsequentes. Em síntese, muitos ainda estão em processo de firmamento, assim, ao longo das décadas de 90 e de 2000. Apesar da garantia legal, houve muitas lutas sociais para tornar estes direitos efetivos, dentre eles pode-se destacar a criação do Sistema Único de Saúde em 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996; o Estatuto da Cidade em 2001; o Estatuto da Criança e do Adolescente 1990; inclusão em 2002 do poder familiar no Código Civil; Lei Maria da Penha/2006, ampliação dos partidos políticos, surgimento de diferentes Movimentos Sociais (por terra, moradia, diversidade e etc.),

direito ao casamento e adoção afetiva, ampliação do acesso à universidade, lei das cotas para as minorias, inclusão escolar, lei das domésticas, demarcação das terras para indígenas e quilombolas. Nesse sentido, é importante entender que a construção da compreensão do direito à diversidade, está pautado na ideia de que,

[...] a diferença, sexual, de geração, de corpo, de raça, de gênero, de idade, de língua, de classe social, de etnia, de religiosidade, de comunidade etc., tudo o envolve, a todos nós implica e determina: tudo é diferença, todas são diferenças. E não há, desse modo, alguma coisa que não seja diferença, alguma coisa que possa deixar de ser diferença, alguma coisa que possa ser o contrário, o oposto das diferenças. Seria apropriado dizer que as diferenças podem ser muito melhor compreendidas como experiências de alteridade, um estar sendo múltiplo, intraduzível e imprevisível no mundo. Em educação não se trata de melhor caracterizar o que é diversidade e quem a compõe, mas de melhor compreender como as diferenças nos constituem como humanos, como somos feitos de diferenças. E não acabar com elas, não para domesticar, senão para mantê-las em seu mais inquietante e perturbador mistério (SKLIAR, 2005, p. 59)

Isso constitui o princípio da igualdade entre os homens e mulheres como valor absoluto pelo entendimento de que todos são diferentes em características e iguais em direitos. Sendo o diálogo fator fundante da prática educativa que tem como compreensão o respeito ao ser humano e à busca do entendimento entre os diferentes, assim sendo para Sanceverino (2019, p. 459.), o diálogo como fundamento da prática pedagógica é significativo,

[...] para estabelecer a dialogicidade como fundamento e caminho para a prática pedagógica na Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosa é necessário que o (a) professor (a) introduza uma cultura do diálogo em sala de aula. São as experiências de aprendizagens mediadas pelo diálogo que possibilitam aos (as) alunos (as) a preparação para a captação do mundo, para que eles (as) compreendam a realidade que os cerca e possam intervir nela. (SANCEVERINO, 2019, p. 459.)

As diferenças não devem, pois, constituir-se num critério de hierarquização da qualidade humana. Assim, o que se deve considerar no processo pedagógico é a diferença na totalidade e a totalidade na diferença, sem se prender à prejudicial polarização do normal (igual), de um lado e do diferente (desigual) do outro.

A educação entendida como a possibilidade de inclusão social e a escola como um espaço de discussão e reafirmação da diversidade cultural, visa auxiliar no reconhecimento e no fortalecimento das identidades culturais, por meio de conteúdos curriculares orientadas para a construção de valores e das bases culturais. Nunca é demais lembrar que na história da sociedade brasileira, os negros sempre foram vistos como sujeitos que estão aquém da sociedade, devido a cor e, conseqüentemente, a sua desigualdade social e que o processo educacional ao se ocupar dessa luta pela reparação cumpre função fundamental para construir as transformações necessárias, rumo a um mundo mais justo.

A educação tem como objetivo principal atender às metas de formação cultural e integração social. No entanto, é importante reconhecer que, ao longo da história, certos grupos,

como os escravos negros, foram sistematicamente privados de acesso à educação. Eles eram tratados como mercadorias, sujeitos a trocas como objetos e enfrentavam discriminação devido à sua cor, que os distinguiu da maioria branca dos colonizadores europeus. Portanto, o negro era tido como objeto e nunca como sujeito de direito. Segundo Bourdieu (2007, p.31, 32),

definindo-se, tradicionalmente, o “sistema de educação” como o conjunto de mecanismo institucional ou habituais pelos quais se encontram assegurada a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado (isto é, a informação acumulada) as teorias clássicas tendem a dissociar a reprodução social, isto é, a ignorar o efeito próprio das relações de reprodução simbólicas na reprodução das relações de forças. (BOURDIEU, 2007, p.31 e 32.)

Dessa forma, a construção desses estudos acerca da diversidade cultural na escola entra nesta tarefa com a função de orientar a aprendizagem e permitir ao estudante resgatar e conservar seu valor como ser humano a partir de sua própria história. Ao entrar no mundo da educação, a criança, o adolescente ou o jovem pode imaginar criar e construir valores e ideologias da realidade cultural. Segundo Laraia (2009, p.09),

enfim, todos estes exemplos e os que se seguem servem para mostrar que as diferenças de comportamento entre os homens não podem ser explicadas através das diversidades sematológicas ou mesológicas. Tanto o determinismo geográfico como o determinismo biológico, como mostraremos a seguir, foram incapazes de resolver o dilema proposto no início deste trabalho (LARAIA, 2009, p.09).

Desse modo, reescrever a educação com base na valorização da cultura e da diversidade cultural, junto à incorporação das experiências e das visões de mundo dos estudantes, sendo uma maneira de tornar a aprendizagem mais relevante, inclusiva e enriquecedora para todos os envolvidos no processo educacional.. Para Laraia (2009, p.14), a “definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos”.

Viver em sociedade traz consigo desafios constantes nas relações sociais. É necessário considerar as diferenças e entender as várias possibilidades de "construir" estudantes a partir de suas próprias histórias. Nesse sentido, a reflexão sobre as práticas pedagógicas é fundamental, buscando uma abordagem que una o conhecer para agir e agir para transformar, ao mesmo tempo em que respeita os saberes culturais presentes. Ao reescrever a educação dessa maneira, é possível promover um ambiente mais inclusivo, empático e enriquecedor, capacitando os estudantes a se tornarem cidadãos conscientes e participativos na sociedade em que vivem. Desse modo, entende-se que

culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização

econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante." (LARAIA. 2009, p. 31).

A construção da cidadania por meio da educação está diretamente relacionada à busca pela emancipação humana. Para atingir esse objetivo, é essencial promover uma formação cidadã que valorize a diversidade e garanta o acesso contínuo ao conhecimento em evolução. Ao oferecer uma educação que respeite as culturas diversas, incentiva-se a empatia e o respeito mútuo. Além disso, uma prática pedagógica alinhada à realidade social da escola e dos alunos torna o processo educativo mais significativo e relevante, preparando cidadãos críticos e conscientes, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Para Fernandes (2008, p.143),

No entanto, essa Constituição que deu um novo realce à educação; criou a possibilidade de pais de família recorrer à justiça para processar as autoridades que negligenciarem seus deveres no que diz respeito à educação; estabeleceu um prazo para superarmos o analfabetismo (FERNANDES, 2010, p.143).

A invisibilidade dos negros no Brasil vem desde o colonialismo, negando a esses sujeitos o acesso da educação como cultura, conforme Fernandes (2010, p. 142).

a tradição cultural de considerar a educação como o apanágio das elites, como um privilégio daqueles que podem usar a cultura, a educação para mandar, o que Anísio Teixeira a escrever A Educação não é privilégio. De certo forma, a educação é um mecanismo para de acesso ao direito à cidadania e uma forma para se combater a relação à desigualdade e estratificação social. (FERNANDES, 2008, p.142)

Nesse sentido, a escola atende a uma função social nas modificações de padrões de comportamento na medida em que atende aos objetivos da comunidade. Assim, é a importância de currículo que permite respeitar sua particularidade de cada realidade social, valorizando sempre o diálogo como uma construção social.

O propósito deste trabalho é estimular a reflexão teórica sobre os conceitos fundamentais de educação, cultura e sociedade, enfatizando a interligação entre o indivíduo e a comunidade e a complexidade intrínseca do processo educacional. Por meio dessa discussão, busca-se aprofundar a compreensão das interações e das influências mútuas entre o indivíduo e a sociedade, reconhecendo a importância desses elementos no contexto educativo. Contextualizar o currículo na perspectiva da libertação dos sujeitos, é sonhar com uma educação com significação sociocultural representada por valores, vivências e saberes de diferentes grupos representando assim um espaço simbólico de sua identidade diante de uma sociedade, de um sistema capitalista e neoliberal.

Constituir uma reflexão nestas discussões sobre o acesso à educação na Comunidade Quilombola, é associar as leituras a realidade dando visibilidade a importância do currículo

respeitando o espaço desses sujeitos compreendo que a escola é o lugar de resgate da autoestima e de construção da cidadania da população negra.

Nessa abordagem, destaca-se a relevância de reconhecer e valorizar as raízes histórico-culturais do povo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Comunidade Quilombola. A visibilidade desses elementos torna-se essencial para promover a cidadania, preservar a cultura e fortalecer a identidade dessas comunidades. Nesse contexto, é fundamental valorizar a educação como um processo cultural intrinsecamente conectado ao município de Campos Novos. Com a finalidade de confrontar essa ideia de ausência histórica inexistente no município. Sob esse estudo, as análises da pesquisa apresentam que a ausência à educação como elemento de cultura e de saberes sociais das práticas sociais na construção social dos direitos sociais veem causando a desigualdade social. Brandão (1992, p. 27.) afirma que,

no momento em que a educação vira o ensino, que inventa a pedagogia, reduz a aldeia à escola e transforma —todos| no educador. [...] Gera o começo da desigualdade da educação [...]. A educação da comunidade de iguais que produzia em um momento anterior a igualdade, ou a complementaridade social, por sobre diferenças naturais, começa a reproduzir desigualdades sociais por sobre igualdades naturais, começa desde quando aos poucos usa a escola, os sistemas pedagógicos e as —leis do ensino| para servir ao poder de uns poucos sobre o trabalho de muitos. Onde um tipo de educação pode tomar homens e mulheres, crianças e velhos, para torná-los todos sujeitos livres que por igual repartem uma mesma vida comunitária; um outro tipo de educação pode tomar os mesmos homens, das mesmas idades, para ensinar uns a serem senhores e outros, escravos, ensinando-os pensarem, dentro das mesmas ideias e com as mesmas palavras, uns como senhores e outros como escravos (BRANDÃO, 1997, p.27)

No entanto, a busca pela igualdade passa pelo respeito a essas diversidades e requer um olhar nas áreas do conhecimento e colocam transversalidades, sendo que, entre elas, sempre há articulações e diálogos, capazes de aprofundar conhecimentos, teorias, práticas, relações, conteúdos e objetivos. Nesse sentido, interessava-nos compreender como os(as) entrevistados(as) pensam sobre a forma que os professores atuam na escola, assim afirma a entrevistada (E-5),

Só queria agradecer os professores da comunidade se dedica a nós estamos estudando muito bem, sempre dialogando com nós, estou no terceirão e em julho já é a nossa formatura eu só quero agradecer é como amor muito que eles ensinam, assim que eu concluir gostaria de fazer o curso de veterinário, porque a nossa comunidade precisa.

Os desafios para assegurar a continuidade da política de Educação Escolar Quilombola são permanentes e tem demandado ao longo da sua implementação a busca de superação e esta pesquisa de mestrado, tende, também, a indicar e tratar da importância da questão das identidades, da diversidade étnico-cultural e de suas representações na sociedade.

Diante disso, como instrumento de análise, a compreensão e a resolução de problemas em diferentes contextos e espaços sociais e públicos são buscadas para verificar as questões em análise da pesquisa e responder às inquietações científicas. Reconhecer a complexidade da

realidade social da educação Quilombola é um desafio para os gestores do estado, pois implica reconhecer essa educação como um direito, o que requer a implementação de políticas públicas em articulação com o movimento quilombola.

Nessa perspectiva, ficou claro nessa observação que os(as) estudantes estavam bastante ansiosos com o término das aulas do 3º terceiro ano, é no primeiro semestre que eles encerram o bloco, pois em julho de 2023 é a formatura deles. A coordenadora pedagógica fez questão de apresentar a todos da escola, os professores e os estudantes. Percebi que os(as) estudantes estavam desconfiados e desconforto por parte, principalmente, de alguns estudantes, mais jovens, quando realizava a anotação de campo. Mas aos poucos eles foram entendendo que tratando-se uma pesquisa que irá contribuir para melhorar a formação da EJA/QIN. A permanência em campo e a explicação da pesquisa, eles conseguiram, aos poucos, superar essa primeira impressão.

No próximo capítulo, serão abordados os aspectos metodológicos do estudo de campo, problema desta dissertação. Desse modo, apresentar-se-á o local da intervenção de campo, os sujeitos, os instrumentos, as técnicas de pesquisa e de análise de dados, que oferecerão subsídios para a análise mais aprofundada dessa discussão, intermediada pelas bases teóricas e pelos achados, por meio dos instrumentos de coleta.

5. ANÁLISE DOS DADOS DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO

5.1 A CONSTRUÇÃO DA LOGÍSTICA DA PESQUISA

A pesquisa de caráter qualitativo na unidade descentralizada EJA Quilombola em que se desenvolveu a pesquisa, está ligada ao CEJA, pertence à Rede Estadual de Educação de Santa Catarina e está sob a coordenação da 8ª Coordenadoria Regional de Educação – 8ª CRE, com sede em Campos Novos-SC. A pesquisa de campo teve início com a visita a 8ª CRE, para solicitar autorização desse ser realizado no ano de 2022. Na ocasião, apresentou-se a proposta ao Gerente de Educação, formalizou-se a solicitação e recebeu-se, posteriormente, por escrito, o deferimento (APÊNDICE 1). De posse da autorização, dirigiu-se ao CEJA para se estabelecerem os contatos necessários ao andamento da pesquisa, mediante uma conversa inicial com a diretora, em que se apresentou a proposta.

A pesquisa teve boa aceitação, a diretora ligou para coordenada da UD EJA/QIN e apresentou como objetivo da pesquisa e nos dias seguintes fui conhecer os professores(as), servidores(as) e os (as) estudantes da comunidade Remanescentes Quilombola Invernada dos Negros, ele disponibilizou documentos pedagógicos para que pudessem ser lidos. Ao longo do 1º semestre de 2023, foram realizadas várias visitas a UD Quilombola, com o objetivo de observar o andamento, ouvir, conversar, perceber como eram as relações entre os(as) professores(as), a equipe gestora, os(as) estudantes, bem como as interações entre os diferentes segmentos, quanto aos aspectos sociais, pedagógicos e profissionais. Na medida do possível, foram estabelecidos os diálogos com diferentes segmentos, no intuito de entender as relações que ocorrem neste espaço, bem como o conhecimento da realidade do CEJA, o que permitiu ampliar a capacidade para mediar a construção das entrevistas posteriores.

Para isso se iniciou, a conversa com a diretora do CEJA para manifestar a intenção de realizar as entrevistas presenciais, essa ligou para coordenada da UD quilombola e Ela prontamente se colocou à disposição para fazer a mediações necessárias, auxiliando no contato com as estudantes a partir das informações existentes nos bancos de dados do CEJA, atendendo aos critérios da pesquisa, selecionaram-se os cinco estudantes que foram entrevistados(as) dos quais foram entrevistados(as) os(as) estudantes do sexo feminino, considerando uns dos critérios da seleção para entrevista referente ao critério de consideração de gênero, os(as) estudantes e a coordenadora, de modo que se estabeleceu um canal inicial de diálogo que contribuir na adesão dos(as) estudantes com a pesquisa, sendo que das 05 (cinco) estudantes, todos aceitaram ser entrevistados(as). Durante as entrevistas foram entrevistados(as) de 1 a 1

as estudantes, de modo que se realizaram as entrevistas uma seguida da outra. Durante as reuniões, explicou-se como seriam realizadas as entrevistas, os(as) estudantes foram ouvidas e esclarecidas as eventuais dúvidas.

A operacionalização das entrevistas se deu ao longo do mês de maio de 2023, sendo que as participações dos(as) cinco foram feitas e gravadas pelo aplicativo no celular e gravadas com auxílio de gravador eletrônico de áudio. O uso do aplicativo se deu por adaptação à realidade dos(as) estudantes, que fizeram a opção, por conta da tecnologia disponível e/ou por se sentirem mais confiantes quanto ao uso.

Em paralelo ao processo de construção das relações necessárias para o bom andamento da pesquisa, trabalhou-se, ao longo do 1º semestre de 2023, na construção da dissertação para a qualificação, que ocorreu no dia 30 de novembro de 2022, tendo sido aprovado pela banca para prosseguir a pesquisa. Concomitantemente com a construção das relações adequadas para as entrevistas, a preparação para qualificação, organizaram-se as condições para a submissão do projeto. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), na Plataforma Brasil, sendo feita a primeira submissão em 07 de abril de 2023. Obteve-se um parecer em 24 de abril de 2023, foi aprovado o projeto quanto ao modo como havia sido submetido.

Circunstância que também na aprovação do parecer que foi liberado pelo CEP, no dia 24 de abril de 2023, com todos os itens adequados. Portanto, neste segundo momento da pesquisa de campo, pude proceder à pesquisa. Desse modo, inicialmente convidamos cinco estudantes da EJA/QIN, para responder à entrevista, conduzida pela pesquisadora em sala privada e gravada em áudio, isso, mediante o aceite e a assinatura do TCLE pelos participantes. Dos entrevistados, também de maneira intencional, selecionaram-se dois homens e três mulheres, mas devido a circunstância do período do final da coleta foi escolhida as cinco mulheres, constituído apenas por mulheres a entrevista. Dos entrevistados, de maneira intencional, analisou-se se há diferentes percepções que iniciei a pesquisa de campo no dia 16 de maio de 2023 de forma presencial. Sendo que essa data foi realizada devido o calendário da finalização das atividades do primeiro trimestre, neste dia os(as) estudantes estarão presentes.

Na vivência, como pesquisadora, foram disponibilizados um questionário de análise, era que, em poucos meses, isso seria resolvido. Esperou-se um pouco, houve cautela, prudência e otimismo, apostando numa condição breve de normalidade, o que não ocorreu, dada a incerteza deste acontecimento, que se mantém já no final deste ano de 2023. Ao se descreverem os participantes, a partir da determinação dos nomes fictícios, para fins de respeitar a identidade desses, manteve a responsabilidade ética dessa pesquisa.

Para prosseguir a análise qualitativa dos dados, vale ressaltar que as expectativas foram superadas, tendo em vista que houve bastante preocupação com relação à realização das

entrevistas na forma de respeitar os limites de cada estudante, pois poderia comprometer os resultados. Feitas as experiências, afirma-se que a surpresa foi positivamente, pois as entrevistadas foram só estudantes, elas responderam sobre as questões perguntadas de modo tranquilo, sem qualquer limitação, o que deixou a pesquisadora convicta de que o resultado esperado foi atingido.

As entrevistas tiveram um tempo médio entre 30 (trinta) a 45 (quarenta) minutos, tempo suficiente para o tratamento adequado acerca das questões pesquisadas. Essas foram gravadas pela própria pesquisadora e degavadas com auxílio do Google digitação de voz, tendo um tempo médio necessário de duas horas e trinta minutos de gravação de cada entrevista.

Portanto, durante a exploração dos dados, na fase de pré-análise, foi possível identificar aspectos que levaram a compreender quem são os sujeitos da pesquisa em EJA, sendo um fator importante, por se tratar de pessoas que já possuem um conjunto de experiências construídas. Esse fator se evidencia nos depoimentos que são reveladores de uma identidade vinculada à existência da trajetória de cada sujeito ao direito à educação. Nessa perspectiva, Arroyo (2017, p.51) afirma que “as trajetórias do trabalho para a escola e para a EJA são um exemplo de como adolescentes e jovens-adultos têm consciência dessa estreita relação, tendo consciência de que a negação do direito à educação como direito da cidadania vem negando seu direito ao trabalho”.

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, as estudantes selecionadas para entrevista foram todas mulheres, uma vez que o período corresponde a uma época de colheita da soja, as estudantes presentes eram mais mulheres. Nesse sentido, o cenário da caracterização das sujeitas entrevistadas demonstra que as indagações oferecem a segurança da importância de a educação na disputa ocupar a ausência desses sujeitos nos espaços acadêmicos. Arroyo (2017, p.12), “há muitas vidas lá fora, também há muitas disputas fora sobre a função da escola sobre o trabalho de seus profissionais. Sinal de que o território da escola ainda é importante para sociedade e, sobretudo, para as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos populares e para seus professores (as)”. Para melhor exemplificar os resultados das buscas da identificação dos sujeitos, elaborou-se um quadro no qual se apresenta a síntese (vide quadro 6.)

Quadro 06 – Caracterização do perfil das sujeitas entrevistadas.

Item	Sujeito da pesquisa				
	1° A	2° B	3° C	4° D	5° E
Idade	42	40	39	45	35
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino

Zona de Residência	Zona rural				
Naturalidade	Campos Novos/SC				
Situação atual de trabalho	Agricultora	Dona de casa	Dona de casa	Agricultura	Agricultora
Concluindo Ensino Médio	Sim				
Deseja fazer um curso superior	Sim				
Motivo que foi estudar	Para ser aceita em emprego	Para ser professora	Para ser professora	Para fazer uma faculdade de veterinário	Para ser professora

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para a pré-análise da pesquisa, a partir da caracterização da transcrição do perfil das estudantes entrevistadas da EJA/QIN, possibilitou-se dar início às análises das falas, tendo como base os eixos de análises emergentes das entrevistas, sendo elas: a interdição dos estudos escolares: a cidadania sub judice; os sujeitos da EJA e as trajetórias intermitentes de cidadania e a EJA e a construção da esperança: o esperar da cidadania.

5.2. APONTAMENTOS INICIAIS, QUANTO AO PERFIL

Os (as) estudantes do CEJA entrevistadas apresentam quanto à idade entre 27 (vinte e sete) até 53 (cinquenta e três) anos. Entre o momento que tiveram a vida escolar interditada e até a sua retomada pela EJA, o menor tempo foi de 11 (onze) anos e o maior de 38 (trinta e oito) anos, sendo que a escolaridade deles está entre a 4ª série completa e a 8ª série incompleta, do Ensino Fundamental e agora cursam o Ensino Médio. Os motivos da interdição escolar estão relacionados a três fatores: falta de acesso à escola, à família e ao trabalho. Suas experiências, quanto ao mundo do trabalho são marcadas por intermitências entre formalidade e informalidade e as suas ocupações são aquelas provenientes de uma aprendizagem prática, segundo as possibilidades existentes de seu exercício, em que a aprendizagem para tais realizações foi adquirida de forma autodidata. Contudo, agora, desejam obter uma formação profissional por meio de um curso superior. A retomada dos estudos, na EJA, são basicamente três: o entendimento que o estudo é necessário; o trabalho e o fazer um curso superior.

Nesse ponto, é importante ressaltar que apenas um entrevistado disse que o interesse era para concluir o Ensino Médio, quando começou na EJA, a fim de cursar o ensino superior. Agora, que já estão na EJA há um tempo, todos(as) manifestam este desejo, indicando que a EJA produziu esperança. Ao buscar identificar como as estudantes tomaram conhecimento da existência do CEJA, os dados indicam que 04 (quatro) tiveram o conhecimento por meio de amigos(as) e familiares e 01 (uma) já sabia da existência. Nesse aspecto, vale ressaltar que a maioria dos participantes teve conhecimento sobre a pesquisa por meio de relações pessoais, e essas pessoas desempenharam um papel importante ao convencê-los a ingressar na EJA para estudar. Esse é o item central que deu origem ao produto desta pesquisa, o qual será apresentado oportunamente nesta dissertação, incluindo a proposta de intervenção. As categorias de análise das falas para essa pesquisa estão apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 07 - Categorias de análise.

Categoria de análise	Resumo
Categoria 1: Identificação e Etnia.	Você se identifica como quilombola? Já evidenciou o racismo/preconceito? São discutidas às questões raciais na escola? O racismo ainda persiste no cotidiano escola.
Categoria 2: Currículo e ações afirmativas	Práticas pedagógicas do professor? Inserção da História e Cultura da África e Brasil? Racismo/ preconceitos. Identidade das estudantes.
Categoria 3: Escola e seu deslocamento	O deslocamento da escola. Educação quilombola? 1. Invisibilidade das pessoas negras e não negras em Campos Novos? A educação é importante para afirmação do negro em sociedade?
Categoria 4: Relato e experiências nas vivências na escola.	Percepções dos estudos Vivências e transformações Melhoria nas condições de vida.
Categoria 5: Diálogos, cidadania, compreensões e oportunidades.	O deslocamento da escola: Vivências negativa e Vivências negativas. A educação é importante para afirmação do negro em sociedade?

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em seguida, buscou-se analisar e refletir com as coletas de dados de cada etapa de investigação dessa dissertação, procurando identificar as respostas e os argumentos para as perguntas apresentadas, como problema desta pesquisa. Problema que está diretamente relacionado à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, junto a EJA/Quilombola em seu currículo? A pesquisa buscará responder a problemática enfrentada pela comunidade Quilombola Invernada dos

Negros, quanto à sua trajetória de limitações no acesso aos seus direitos fundamentais básicos, tendo preocupação de identificar os processos de invisibilização dos sujeitos quilombolas junto aos processos político-sociais no contexto município de Campos Novos-SC.

Para isso, iniciou-se o diálogo analisando as categorizações para construção dos argumentos que possibilitaram dar início às análises das falas, tendo como base os eixos de análises, emergentes das entrevistas, são elas: a interdição dos estudos escolares trajetórias intermitentes de cidadania na construção de uma educação que respeite os saberes culturais como política de governo do município de Campos Novos-SC.

5.3. UM OLHAR SOBRE O QUE REVELA O CURRÍCULO NA EJA/QIN?

Na sequência, realizou-se a análise do material empírico proveniente das entrevistas que compõem a pesquisa de campo desta dissertação. Com o intuito de compreender melhor os elementos investigados durante as entrevistas, focou-se na identificação dos aspectos abordados que apresentaram recorrência nas respostas dos sujeitos pesquisados. Esses aspectos recorrentes podem revelar significados sociais compartilhados e, portanto, constituem os eixos de análise desta pesquisa.

Nesse sentido, alisando falas e extraindo significados e sentidos, para estabelecer as compreensões mais fidedignas possíveis das entrevistas. Algumas questões foram identificadas a partir das aproximações, devido à forma explícita do conteúdo, sendo que outras tiveram que ser mais bem analisadas para fazer emergir os aspectos implícitos. Conforme, PRODANOV e FREITAS (2013, p. 35),

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.) (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 35)

Na busca pelo conhecimento, foi fundamental realizar uma análise categorizada, o que exigiu um planejamento cuidadoso para organizar e direcionar esse processo. Essa organização do saber é essencial para compreender o caminho que o próprio conhecimento percorre na construção do conhecimento científico, em diálogo com a pesquisa em questão.

5.4. SOB O OLHAR AO CURRÍCULO DA ESCOLA: EJA/UD/QIN

Os temas que estão sendo discutido, principalmente quando lhe são apresentados exemplos que dizem respeito direta ou indiretamente à sua realidade de vida. A cada instante durante a aula uma novidade, um exemplo e uma experiência vivida tanto pelas estudantes da EJA/QIN quanto pelo adulto surge, o que possibilita uma interação de relações que são estabelecidas entre os/as jovens e adultos com a professora (Diário de Campo, 18/05/2023)

A construção da análise deste primeiro eixo baseou-se nas questões que dizem respeito à necessidade de assegurar atividade didática de forma singular comunidade. O termo interdição que se emprega para se referir ao processo de interrupção dos estudos escolares, é empregado para caracterizar a natureza do problema que levou os sujeitos ao processo de exclusão da vida escolar, durante a infância e/ou adolescência e que atualmente são estudantes da EJA.

Com o objetivo de esclarecer, inicia-se a apresentação que demonstrará que a natureza dos problemas se divide, essencialmente, em três: 1) buscar um currículo quilombola que destaque os saberes formais, tornando-os visíveis; 2) obter, na Educação Quilombola, uma base fundamentada na coletividade, nas memórias das tradições territoriais e nos conhecimentos simbólicos; 3) possibilitar a cidadania do receptor com o intuito de envolver jovens e adultos, a fim de promovendo melhorias para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas nas escolas.

Um fator que caracteriza essas pessoas é que elas não deixaram a vida escolar ou se evadiram por escolha própria. Em vez disso, elas enfrentaram uma interdição que as impediu de continuarem os estudos. Essa interdição foi resultado de acontecimentos externos e pode ser retomada em algum momento por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse sentido, a possibilidade de retomada do direito educacional fica sujeita a desdobramentos históricos e como esses influenciaram na garantia ou não desse direito.

Esclarecidos os pontos principais dos conceitos que constituem esse eixo de análise, é oportuno citar as falas das entrevistadas. Segue o relato da entrevistada (A1)

Os motivos de não ter conseguido prosseguir os estudos, pois, os meus pais falaram da importância de estudar, porque era muito sofrido na família não conseguir o trabalho. Eles me orientaram a voltar a estudar depois de adulto e após a conclusão da Ensino Médio. Eu moro na comunidade Invernada dos Negros Comunidade Quilombola desde de criança, concluir o Ensino Médio na Educação Básica Faria Neto, quando o deslocamento da escola da Comunidade Quilombola para a Escola Faria Neto, percebi a dificuldade de chegar na escola, a mudança do transporte pois eu moro 20 km da escola (A1ª idade 42, feminino).

Quando a escola era na comunidade eram mais fáceis o acesso dos (as) estudantes a frequentar, mas nas aulas são visíveis o quantos os (as) estudantes voltam, principalmente na época da colheita e quando chover o transporte escolar não passa devido as estradas e quando temos atividade extraclasse no sábado e uma dificuldade de motorista querer vir na comunidade. Caderno Política de Educação escolar quilombola/Estado de Santa Catarina (2018);

Invernada dos Negros, localizado em Campos Novos, foi o primeiro a receber certificação no ano de 2004. Comunidades Quilombolas são conforme o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) “(...) grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se auto definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. Segundo o artigo 2º do Decreto 4.487, de 20 novembro de 2003 “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (Política de Educação escolar quilombola / Estado de Santa Catarina. 2018. p. 21 e 22).

A constituição de uma educação quilombola não é apenas privilegiada nesse sentido, mas também é impulsionada pela busca de direcionamento e pela valorização de sua rica tradição. É importante adicionar que o currículo escolar é um espaço político que deve ser usado em benefício da comunidade escolar, assegurando a infraestrutura e respeitando seus saberes culturais.

Já para o sujeito B2 na categoria que análises de currículo e de ações afirmativas, apresentam-se as dificuldades que vêm enfrentando ainda no século XXI:

Agora que eu entrei diretamente para EJA/QIN para concluir o Ensino Médio, relembro uma vivência que sofri por ser negra e por morar na Comunidade Quilombola. Na empresa e na sala de aula, na empresa que trabalhava tinham preconceito pela minha cor, não tinha o que fazer, o que a gente quer fazer é vencer, passa por isso dói muito ouvir isso!! Porque negro é isso e negro é aquilo, retornando à educação de jovens e adultos na escola não vejo nenhuma dificuldade racial.

Na construção de uma política Educacional Quilombola antirracista, na desconstrução da fala da B2, que indica que a sua etnia tanto na escola como no trabalho vem passando sobre o racismo estrutural. Ao encontro de ações afirmativas a SED vem se destacando com algumas recomendações, considerando a política no estado de Santa Catarina, Caderno de Políticas de Educação Escolar Quilombola (2018. p.28). A partir disso deve

- a) garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente a geografia local. Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- c) garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- d) instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- e) garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- f) instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- g) assegurar que a atividade docente nas

escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (CONAE, 2010, p. 131-132) (Caderno Políticas de Educação Escolar Quilombola, 2018. p.28)

A dificuldade que as políticas afirmativas enfrentam em garantir ações concretas de acesso ao ensino básico nas escolas quilombolas é evidenciada ao se referirem às alternativas para assegurar o acesso aos estudos. Essas ações buscam proporcionar uma educação antirracista e oferecem condições reais para que os estudantes quilombolas alcancem e prossigam em seu acesso à política pública educacional inclusiva.

Ademais, a entrevistada B2 destaca a invisibilidade dos quilombolas tanto no acesso ao trabalho quanto na educação, a fim de ressaltar a importância de abordar e de combater esse cenário na construção de um ensino-aprendizagem mais justos na educação básica.

Que ao longo da caminhada tanto na escola quanto ao estabelecimento do mercado, empresa e em vários setores da sociedade observar a quantidade de pessoas negras ocupando estes espaços. Hoje em são bastante difícil para o negro, porque sempre foi falado que suas solicitações, eles não vão conseguir os negros não conseguem e nós conseguimos é bastante diferente o acesso aos direitos é bastante estranho a gente se sente muito pequeno referente ao acesso aos direitos de uma pessoa branca se fosse vontade do poder de seguir a constituição direito a igualdade e equidade seria fácil ser respeitado os nossos direitos, o que nos resta seguir em frente e nada de baixar a cabeça (B2).

O pressuposto relacionado à invisibilidade do estudante quilombola evidencia o racismo velado na sociedade, conforme relatado pela entrevistada. Essa realidade exige ações concretas para garantir a visibilidade, o respeito e a igualdade de oportunidades educacionais.;

Tive que deixar o currículo na empresa aqui na cidade tinha três pessoas para concorrer a vagar da empresa eu era a única morena e as duas eram brancas, assim, a moça só deu uma olhada depois eu vou te ligar e as outras entraram automaticamente, fiquei um pouco afastada e sair a moça nunca ligou, mas tarde eu passei na empresa as gurias estavam trabalhando lá, será se foi o meu currículo que não era bom ou eu não tinha capacidade. Mas tarde trocou de gerente da empresa eu voltei lá trabalhei na empresa, isso era ligado ao preconceito por este motivo não fui chamada, isso é preconceito relacionado a minha cor e a localidade aonde eu moro (B2).

Desse modo, é necessário que sujeitos reconheçam o atraso moral, social e político quando surgem ações assim na sociedade. Segundo Souza (2021.p.132), meu objetivo é demonstrar que apenas quando se compreende a estrutura básica de todo tipo de racismo, pode-se entender a importância do racismo racial para sociedades como a brasileira.

A ausência do estudante quilombola reafirma a importância da política de Educação Escolar Quilombola, que ressignifica a educação e rompe com as noções de integração cultural e mestiçagem. Essa política valoriza e afirma as especificidades culturais, históricas e identitárias dos quilombos e seus territórios, promovendo uma educação mais inclusiva e sensível às diversidades étnicas e culturais presentes no Brasil.

Descrevendo, mais uma evidência sobre o racismo na fala da entrevistada C3, “eu já me sentir olhares diferentes por chegar nos mercados e em uma festa, foi um sentimento muito ruim tem pessoas te julgando com olhares julgadores por ser negra e da Comunidade Quilombola e escutar insultos dizendo que pessoas negras né é gente ruim”. Como diz Souza (2021.p.15), “nada disso é percebido na estratégia do ‘privilégio branco’. Saber que o racismo existe não significa compreendê-lo, do mesmo modo que nomear um fenômeno não significa saber o que ele é, como funciona ou como afeta suas vítimas”.

A política de Educação Escolar quilombola é uma ação antirracista tão fundamental quanto a regularização dos territórios quilombolas. Segundo Bourdieu, (2011. p.133),

A Escola concebida como instituição da reprodução da cultura legítimo de imposição e de inculcação da cultura escolar e, de outro lado, as classes sociais, caracterizadas, sob o aspecto da eficácia da comunicação pedagógica, pelas distâncias desiguais em relação à cultura escolar e pelas disposições diferentes para reconhecê-la e adquiri-la (BOURDIEU, 2012. p.133)

Nesse sentido, as falas citadas dos (as) estudantes demonstram de modo significativo a necessidade da política de Educação Escolar quilombola, para poder exercer o trabalho, convém dizer que quem não tem acesso à educação possui dificuldades maiores para um trabalho digno, pois se não existir sociedade sem educação e trabalho, como dizer então que alguém é cidadão com as ausências de trabalho e educação. Assim, esses sujeitos são seres de esperança inacabada, que encontrarão sempre a liberdade, de acordo com Freire (1981. p.55) “na ‘Sociedade fechada’ temas como democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade, educação e muitos outros, de que decorriam tarefas específicas, tinham uma tônica e uma significação que já não satisfazem à Sociedade em trânsito”, esses conceitos lutam por um acabamento, que de movimento em movimento permanecerá sempre progredindo ao respeito da cidadania.

5.5. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SANTA CATARINA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O presente capítulo realiza breves reflexões sobre a deslocamento da escola, a invisibilidade e a valorização do currículo. Pensar brevemente a política educacional quilombola é uma proposta para entender a importância de se valorizar o que acontece em espaços formais. Esses(as) estudantes apresentam resistência aos processos de subtração, uma estratégia que não permite o desaparecimento das culturas populares e fomenta a afirmação de identidades culturais. As entrevistadas B2 e a D4 afirmaram nas suas falas:

(Entrevista da B2) A escola mudou para comunidade de Ibicuí, é complicado, aqui nós estudamos a noite tem outras turmas que estuda na escola tudo isso acontece na escola começa à dizer que são é a turma da noite. Os descendentes quilombola, porque eles estão estudando aqui, se uma cadeira estragar é dito não fala nada sempre a culpa é de nós alunos da noite, na outra escola que nós estudávamos não havia esses conflitos não tinha.

(Entrevista da C4) Antes de desmanchar a nossa escola lá em cima, eu morava na outra vila perto, que não tinha que pegar transporte, agora que moro mas longe da escola o transporte vem me buscar, mas apesar desse direito, a gente percebe que tem muita discriminação sobre o que aconteceu um fato na escola, ah mas foi a turma da EJA, sim eu ouço esses comentário e a gente procurou fazer tudo certo para que não tenha problema eu se conseguisse a escola em um lugar próprio assim como os professores e para nós estudar seriam bem melhor eu acho.

Ao se tratar do diálogo, as reflexões das entrevistadas fazem compreender como um elemento de discriminação as formas de olhares e falam que esses sujeitos veem passando neste espaço escola. Isso nos preocupa de que forma os ensinamentos das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERE) vem sendo implementada na Educação Básica. Segundo o Caderno de Políticas de Educação Escolar Quilombola (2018, p.14).

As reflexões das entrevistadas destacam a presença de discriminação nas formas de olhares e nos discursos no ambiente escolar, apontando desafios enfrentados por sujeitos de diferentes grupos étnico-raciais. Essa preocupação ressalta a importância da efetiva implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERE) na Educação Básica, com ênfase na promoção da igualdade racial, combate à discriminação e à valorização da diversidade cultural, demandando o comprometimento de gestores educacionais, de professores e de toda a comunidade escolar para construir um ambiente inclusivo, justo e livre de preconceitos. Segundo o Caderno de Políticas de Educação Escolar Quilombola (2018, p.14)

No contexto estadual de implementação da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003b), a Secretaria de Estado da Educação (SED) criou oficialmente em 19 de novembro de 2003, por meio da Portaria nº 038/SED, o Núcleo de Estudos Afrodescendentes (NEAD) (atualmente Núcleo de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), com o objetivo de implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, incluindo a Educação Escolar Quilombola como tema de estudo nas escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina. Com a atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (PCSC), em 2014, a ERER/ QUILOMBOLA pela primeira vez foi citada no capítulo “A Diversidade como elemento fundante da atualização curricular”. No início de 2015, para atender à especificidade do tema quilombola, a então Diretoria de Ensino Superior (DIES) da SED criou o Núcleo de Educação Escolar Quilombola (NEQUI). Com a compreensão de que esse assunto é de responsabilidade dos diversos setores da Secretaria, e não só do ensino, fazia-se necessária a existência de um grupo organizado e capacitado para subsidiar a implementação da política educacional quilombola no âmbito estadual. Assim, em 2016 instituiu-se oficialmente o NEQUI, formado com a participação de dois representantes (titular e suplente) de todas as diretorias da SED, Coordenadoria da Grande Florianópolis e Instituto Estadual de Educação (IEE). Em 2015, com a nova

estrutura organizacional a SED, decorrente da Lei Complementar nº 668 (SANTA CATARINA, 2015c), transformando a DIES em Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional (DIPE) e, por conta das demandas de políticas educacionais emanadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), criou-se a Gerência de Políticas e Programas da Educação Básica e Profissional (GEPEB), onde a ERER está assentada.

Desde 2003, o processo de implementação da Política de Educação Escolar Quilombola em Santa Catarina - Brasil tem sido assegurado, a fim de proporcionar aprendizado que garanta o resgate dos saberes e dos direitos culturais, a fim de fortalecer a cidadania. No entanto, o deslocamento de uma escola quilombola de seu espaço habitual coloca em risco suas políticas públicas educacionais, como a assistência escolar e o próprio habitat. Assim, quando uma escola quilombola é destruída, a comunidade perde a visibilidade, pois a escola é um espaço essencial para a construção da cultura e dos saberes, e sua destruição representa uma violação aos direitos fundamentais de todos os cidadãos quilombolas.

Além disso, a discussão sobre a Educação escolar inclui a valorização das ações educativas em diversas modalidades de ensino. Sob o subtítulo "Estudos de coloniais um caminho para descolonizar o saber", é ressaltada a importância da pesquisa acadêmica na apresentação de saberes não hegemônicos, combatendo a dominação conservadora na sociedade.

5.6. A PRESENÇA DOS QUILOMBOLAS EM CAMPOS NOVOS-SC

Nessa seção, serão examinados os aspectos da colonização de Campos Novos - SC, a fim de refletir sobre o contexto que levou à omissão da presença negra na história desse lugar, mesmo sendo a primeira comunidade quilombola a surgir em Santa Catarina. O Remanescente Quilombola da Invernada dos Negros possui um papel significativo na história de Campos Novos, sendo um legado de um antigo senhor de escravos que deu origem à localidade conhecida como Invernada dos Negros, atualmente também chamada de Corredeira. Em testamento de 12 de abril de 1876, o fazendeiro Matheus José de Souza e Oliveira, casado com Pureza Emília da Silva, com quem não teve filho algum, conforme declarou, deu liberdade a seus escravos. Assim, surge o território coerente com a cultura do negro africano no município de Campos Novos. Em seguida, o Caderno Políticas de Educação Escolar Quilombola (2018, p.22) afirma que

os processos de regularização fundiária das terras quilombolas pelo INCRA em Santa Catarina são marcados pela morosidade administrativa. Desde a publicação do Decreto nº 4.887 em 2003, poucos laudos antropológicos foram publicados e somente

duas comunidades estão com a titulação de suas terras quilombolas: o quilombo Família Thomaz, no município de Treze de Maio, e o quilombo Invernada dos Negros, municípios de Campos Novos e Abdon Batista. (Políticas de Educação Escolar Quilombola. 2018. p.22)

A Comunidade Invernada dos Negros foi o primeiro território quilombola reconhecido, em 2008, pelo INCRA em Santa Catarina. Segue, no quadro 08, a relação da Comunidades Quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e em Processo de Regularização Fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em suas respectivas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e Coordenadoria Regional da Florianópolis (COREF).

Quadro 08 – Relações das Comunidades quilombolas em Santa Catarina.

	COMUNIDADE QUILOMBOLA	MUNICÍPIO	GERED / COORD. / COREF	ANO DE CERTIFICAÇÃO PELA FCP	PROCESSO ABERTO INCRA (SC)
1	INVERNADA DOS NEGROS	CAMPOS NOVOS ABDON BATISTA	CAMPOS NOVOS	2004	TITULAÇÃO PARCIAL LAUDO PRONTO
2	CAMPO DOS POLI	MONTE CARLO	VIDEIRA	2007	NÃO TITULADA LAUDO PRONTO
3	MORRO DO BOI	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	ITAJAÍ	2008	NÃO TITULADA LAUDO PRONTO
4	VALONGO	PORTO BELO	ITAJAÍ	2004	LEVANTAMENTO PRELIMINARES
5	VIDAL MARTINS	FLORIANÓPOLIS	FLORIANÓPOLIS	2013	LAUDO EM ANDAMENTO
6	MORRO DA QUEIMADA	FLORIANÓPOLIS	FLORIANÓPOLIS	*	**
7	CALDAS DO CUBATÃO E TABULEIRO	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	FLORIANÓPOLIS	2010	EM PROCESSO
8	SANTA CRUZ (TOCA)	PAULO LOPES	FLORIANÓPOLIS	2007	LAUDO PRONTO
9	MORRO DO FORTUNATO	GAROPABA	FLORIANÓPOLIS	2006	LAUDO PRONTO
10	ALDEIA	GAROPABA	FLORIANÓPOLIS	2009	LAUDO PRONTO
11	FAMÍLIA THOMAZ	TREZE DE MAIO	TUBARÃO	2007	LAUDO PRONTO
12	TAPERA	SÃO FRANCISCO DO SUL	JOINVILLE	2007	AGUARDANDO CERTIFICAÇÃO PELA FCP
13	ITAPOCU	ARAQUARI	JOINVILLE	*	AGUARDANDO CERTIFICAÇÃO PELA FCP
14	AREIAS PEQUENAS	ARAQUARI	JOINVILLE	*	AGUARDANDO CERTIFICAÇÃO PELA FCP
15	BECO DO BURACO CURTO	JOINVILLE	JOINVILLE	*	**
16	ILHOTINHA	CAPIVARI DE BAIXO	TUBARÃO	2012	LEVANTAMENTO PRELIMINARES
17	SÃO ROQUE	PRAIA GRANDE E MAMPITUBA (RS)	ARARANGUÁ	2004	NÃO TITULADA LAUDO PRONTO
18	ROSALINA	ARARANGUÁ	ARARANGUÁ	*	**

Fonte: Fundação Cultural Palmares e Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.
*Comunidades aguardando análise técnica da FCP.

Fonte: Caderno - **Política de Educação Escolar Quilombola – NEQUIC**/Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

Essas 18 (dezoito) comunidades remanescentes de quilombolas no Estado de Santa Catarina desempenham um papel de grande importância não apenas na preservação da cultura afro-brasileira, mas também na promoção da igualdade, inclusão e justiça social. Essas comunidades, ao manterem vivas suas tradições, línguas, músicas e práticas religiosas ancestrais, contribuem para a riqueza cultural do estado e do país como um todo. Além disso, elas servem como testemunhas vivas da história da escravidão e da luta pela liberdade no Brasil, relembrando a todos nós a importância de reconhecer e combater o racismo e a discriminação racial.

Além disso, essas comunidades têm se esforçado para garantir o acesso à educação de qualidade, à saúde e a oportunidades econômicas para seus membros, buscando o desenvolvimento socioeconômico de suas regiões. Isso não apenas melhora a qualidade de vida das pessoas que nelas vivem, mas também fortalece a inclusão social e econômica de grupos historicamente marginalizados.

Em 2010, a Presidência da República publicou um decreto que declarou ser de interesse social os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola, marcando um avanço legal para as desapropriações que o INCRA gradualmente vem obtendo na Justiça. Ao devolver as áreas às comunidades, o Incra busca estabelecer um processo de justiça e de resgate das tradições das famílias que agora podem retornar às suas terras de origem. Esse movimento representa um passo importante na valorização e na preservação das culturas e das histórias dessas comunidades quilombolas.

Ao longo do tempo, a luta pelo acesso à educação nas comunidades quilombolas de Santa Catarina tem sido marcada por um processo histórico de mobilização social e política, que se iniciou em 2003 e se estende até os dias atuais. Em conjunto com as comunidades quilombolas do estado, essa luta pelo direito à educação diferenciada tem se desenvolvido em resposta às necessidades emergentes dos contextos sociais em seus territórios. As comunidades têm se engajado em embates com os poderes públicos municipais, estaduais e federais para garantir o acesso à educação de qualidade, considerando as especificidades culturais e históricas. Essa atuação conjunta tem sido fundamental para avanços significativos na promoção da educação inclusiva e respeitosa das identidades quilombolas em Santa Catarina. As conquistas para a implementação da política de Educação Escolar Quilombola que foram asseguradas por meio de disputas ocorridas no campo jurídico e são elas que têm, também, garantido a continuidade desta política. Entretanto, as condições de infraestrutura para a sua execução permanecem precárias.

Relacionar as experiências entre os sujeitos a E5°, relatar um fato que evidenciou na empresa que trabalhava que sofreu o racismo por causa da sua cor e por causa de seu

cabelo, eu tive que aprender lidar com isso pois eu precisava trabalhar. Em outra escola tive que parar de estudar porque sofria preconceito. Hoje percebo que os meus sobrinhos e minha filha estudam em uma escola da comunidade e os mesmos ainda passa pela mesma dor e situações vergonhosas, o pai da minha filha é branco e já passei por situações não tão agradável tanto em lojas as pessoas achavam que era babá dela e por último na escola os colegas dela chamaram de negrinha, ela chegou chorando em casa. Eu vir na escola e briguei não pode existir diferenças nas escolas e da escola tradicional na nossa escola quilombola que amo tanto não existe isso, aqui estudamos com gente brancas (E5).

A vulnerabilidade e a exclusão de sujeitos de direitos que não têm acesso à escolarização e os mantêm à margem da sociedade, enfrentando pressões das formas de socialização. Isso evidencia a necessidade urgente de incluir a construção da identidade étnico-racial, especialmente a identidade negra, como uma pauta central na sociedade. Questões como a rejeição ou a aceitação de ser negro, as dificuldades no acesso a uma educação de qualidade que favoreça a permanência nos estudos e a falta de processos de aprendizagem significativos para o desenvolvimento do trabalho, da identidade e da emancipação devem ser abordados e combatidos. Desse modo, é fundamental promover políticas e práticas educacionais inclusivas e sensíveis às particularidades étnico-raciais, de modo a garantir a equidade e o empoderamento desses sujeitos marginalizados.

6. AÇÃO EJA/QIN

Neste capítulo, desenvolveu-se a proposta de Ação em EJA/Quilombola, relacionada ao produto da pesquisa, atendendo aos requisitos do Mestrado Profissional em Educação, em que se apresenta um produto em forma de proposta de ação.

Quanto ao produto, vale destacar que a pesquisa identificou que a educação é o direito principal que faz a interface com a construção cultural, social, política e econômica. Considerando que a educação possui tal relevância, dos(as) estudantes pesquisados (as), a maioria não sabia da existência da educação em EJA/Quilombola na Comunidade QIN. Essa informação foi diagnosticada na pesquisa empírica, em que das cinco estudantes entrevistadas, quatro declararam que tomaram conhecimento da existência do CEJA por meio da liderança da comunidade, vizinhança e amigos(as) que estudaram e/ou estavam estudando na EJA/QIN. Esses sujeitos tiveram um papel importante no convencimento delas para que pudessem retomar os estudos.

Esta pesquisa também identificou que em Campos Novos-SC, que existe uma visão simplista sobre a EJA/QIN e da concepção dessa modalidade de educação, no entanto vale ressaltar que essa especificidade educativa permite aos(às) estudantes que estudam na EJA/Quilombola o desenvolvimento de uma proposta curricular adequada à realidade dos sujeitos que retornam à escola tenham na concretização do direito à educação uma porta de entrada para outros direitos de cidadania.

Diante desta percepção, optou-se na construção da ação (produto), a realização de atividades que possibilitem uma maior divulgação da EJA/Quilombola, dando mais visibilidade da EJA/Quilombola junto à Comunidade QIN. Para isso as estudantes pesquisadas do Ensino Médio da EJA/QIN, serão orientadas pela pesquisadora para divulgarem junto à Comunidade QIN a EJA/Quilombola. Para o desenvolvimento desta proposta, a pesquisadora fará o processo de mediação, orientação e coordenação das ações, seguindo o plano de trabalho constante no Apêndice - E, visando à realização de campanha de cadastramento de demanda de novos estudantes para a UD/Quilombola, como objetivo de ampliar o entendimento da importância da escolarização, resultando em uma demanda com novos estudantes para UD/QIN. Entende-se que, a proposta de Ação em EJA/Quilombola, vêm ao encontro do que foi diagnosticado junto a pesquisa realizada com as estudantes entrevistadas da EJA/QIN.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou entender de forma analítica as percepções de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre o uso das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. O objetivo é analisar como está sendo implementado as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, junto a EJA/Quilombola na unidade descentralizada do CEJA, no distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos de Santa Catarina.

A Lei nº 10.639/03, que valoriza a identidade do povo negro ao reconhecer sua cultura, iniciou este processo na escola, considerado o principal local de socialização. Esta pesquisa identificou que, do ponto de vista epistemológico, o direito à educação garante outros direitos, e é enfatizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, contribuindo para a construção da cidadania. Isso implica que a educação é um direito que medeia e estrutura outros direitos, e tem uma função essencial na formação da vida cidadã por meio da Educação de Jovens e Adultos em escolas Quilombolas (EJA/QIN). Portanto, a educação é um elemento fundamental para estruturar a cidadania e garantir outros direitos sociais.

Para estabelecer a compreensão analítica das percepções das estudantes da EJA na construção que o uso das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no sentido de atribuição às grandes discussões que perpassam a educação básica a compreensão a respeito à construção sociocultural dos sujeitos sociais que constituem o processo histórico da sociedade brasileira. A Lei nº 10.639/03 exalta a identidade do povo negro a partir do reconhecimento de sua cultura, iniciando o processo pela escola – lugar por excelência de socialização. Identificou-se que, em termos epistemológicos, o direito educacional ocupa na garantia dos direitos e expresso junto as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação para Escolar Quilombola na Educação Básica, uma força construtora da cidadania. O que significa dizer que a educação é um direito mediador e estruturador dos demais direitos, tendo função estruturante da vida cidadã por meio da EJA /QIN.

Neste sentido, a pesquisa identificou que a demolição do prédio público que atendia à Educação de Jovens e Adultos Quilombola (EJA/Quilombola) sem a devida consideração pela importância da educação e pelo bem-estar dos estudantes teve sérias repercussões. A mudança forçada dos estudantes para um novo prédio compartilhado, que durante o dia é utilizado para a educação básica estadual e à noite para a EJA/Quilombola, teve um impacto significativo em suas vidas. Além de enfrentarem a necessidade de se adaptarem a um ambiente desconhecido,

esses estudantes também são obrigados a entrar por acesso alternativo do prédio escolar, o que, de maneira simbólica, reflete uma marginalização indesejada.

Essa situação não apenas cria um ambiente desfavorável para o aprendizado, mas também transmite uma mensagem negativa aos estudantes, sugerindo que sua educação é menos valorizada em comparação com a educação básica diurna. Além disso, a mudança abrupta de instalações afeta a continuidade e a qualidade do ensino, colocando em risco o progresso educacional dos estudantes da EJA/Quilombola.

É fundamental reconhecer que a educação é um direito fundamental e uma ferramenta vital para o empoderamento e a inclusão das comunidades quilombolas. A falta de consideração pelos estudantes da EJA/Quilombola nesta situação não apenas prejudica seu acesso à educação, mas também minou a igualdade de oportunidades e a dignidade que todos os estudantes merecem.

Essa situação aponta similarmente uma reflexão da trajetória da busca por esses direitos ao acesso à educação da EJA conforme Sanceverino, (2016, p. 19) afirma ao dizer que

a análise dessa trajetória, feita no adentramento da práxis, permitiu que fosse possível construir os aspectos básicos desta pesquisa, que, no limite deste artigo, revela parcialmente umas das dimensões de análise: a dimensão mediadora do "diálogo" como fundamento. Acompanhando os atores, professores(as) e alunos(as) em seus cenários - salas de aula de EJA do terceiro segmento do ensino fundamental, focando as questões da mediação pedagógica que criam condições de desenvolver a capacidade reflexiva dos estudantes de EJA e da práxis nessa modalidade de ensino - aprofundo a qualificação teórica dessa categoria como uma necessidade de referenciá-la e de compreendê-la em seus desdobramentos para dessa forma interpretá-la nesta pesquisa (SANCEVERINO, 2016, p. 19).

Os aspectos empíricos, nesta pesquisa, têm como lócus a UD/quilombola em Campos Novos-SC, instituição de ensino mantida pela Secretária de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), sob a coordenação da 8ª Coordenaria Regional de Educação (8ª CRE), com sede em Campos Novos-SC. Num primeiro momento, apresentou-se uma reflexão em relação aos aspectos históricos vividos pelo próprio pesquisador, no que diz respeito à vivência com processos correlatos com a EJA/QIN, como estudante, educadora e militante e como isso se relaciona com a experiências de construção da garantia de um currículo, tendo a EJA como uma referência e que se tornou justificativa para a opção de escolha para estudar este tema.

No terceiro, realizou-se uma revisão bibliográfica, do tipo Estado do Conhecimento, em que as buscas ocorrem em bancos de dados de reconhecida relevância acadêmica em âmbito nacional, correspondendo à Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e na Biblioteca Digital de Tese e Dissertações (BDTD).

Ao organizar o Estado do Conhecimento, nesse campo de pesquisa, percebeu-se que a categoria “EJA Quilombola”, na busca feitas nestes descritores encontrou-se dezenove

trabalhos (19) que, na sua maioria, não possuem uma formulação mais explícita. Quando se ampliou o refinamento chegou-se a três (03) trabalhos que constituíram o banco de dados que foram analisados e categorizados, levando-se em conta, os autores, o título, o ano, o tipo de trabalho, o banco de dados e instituições.

No capítulo de revisão epistemológica foi possível perceber como as questões estruturais do racismo são fatores que incidem fortemente nos processos que limitam fortemente a construção da visibilidade da comunidade QIN e os processos de construção do acesso aos direitos. A educação e em específico a EJA/Quilombola na comunidade QIN indicou ser um fator a ser potencializado para que por meio da educação os processos de busca de libertação, autonomia e emancipação é um fator que precisa ser mais bem compreendido o seu potencial para construir da luta pelo reconhecimento dos direitos da comunidade QIN.

A pesquisa empírica identificou que as estudantes da EJA/QIN, que foram entrevistadas, tiveram deste a fase da infância à adolescência situações de vida que os levou a uma interdição do processo escolar. Como afirma a fala da entrevistada (E5) quando criança, *eu tinha que ir à escola fora, lembro que professor organizavam todos os (as) estudantes da vila em uma fila só na sala de aula, na hora do recreio e maior medo eram que as crianças que moravam na comunidade próxima daqui da escola, a gente escutava os(as) estudantes da escola chamava olha a negregada, as roupas eram diferentes, eu olhava para aqueles olhares diferente*. Tanto os olhares discriminatórios quanto as condições econômicas, sociais e culturais são representativos nas diversas relações sociais. Essas situações são delineadas por fatores interligados à necessidade premente de trabalhar, à ausência de escolas adequadas para prosseguir com os estudos devido a desafios geográficos e as dificuldades derivadas da situação familiar. Todos esses elementos, intrinsecamente conectados, formam o complexo tecido de nossas interações sociais.

Ao observar por um eixo analítico mais aprofundado, a EJA/QIN é de suma importância, tendo em vista que educação quilombola não só encoraja os estudantes negros a solidificar sua identificação de classe, mas também fortalece a preservação e a valorização da cultura afrodescendente. Esta relevância é fundamental, pois atua diretamente no fortalecimento da identidade e do senso de pertencimento desses alunos, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva.

O PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural quilombola, sendo flexível em diálogo com a comunidade. Assim, os saberes socioculturais da Comunidade Invernada dos Negros evidencia-se por meio uma solidariedade, da valorização dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra e da ancestralidade. Observa-se, então, que o

deslocamento da escola coloca em risco toda a sua conquista de garantia desses saberes quando a escola se desloca para Escola de Educação Básica Faria Neto.

Nesse viés, os resultados da pesquisa marcaram um ponto fundamental no estudo da EJA/QIN, estabelecendo-se como um fértil campo para novas perspectivas analíticas que realçam o conhecimento ancestral afro-brasileiro. Este campo instiga os interessados a explorarem profundamente aquilo que inicialmente foi identificado. Nesse sentido, a educação EJA/QIN promove a efetivação desses saberes e valoriza a educação como um direito constitucional assegurado a todos, ou seja, a garantia educacional vai além, tornando-se um elemento primordial na valorização da diversidade cultural e na aplicação efetiva da legislação antirracista.

Assim, cabe à educação da EJA/QIN proporcionar-lhe a garantia do direito da comunidade a fim de que seja reconstruída a sua história e que as identidades sejam preservadas e visibilizadas, pois é injustificável a demolição da escola e da comunidade Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros, sendo certificado FCP: 02 de abril de 2004, como a primeira comunidade quilombola do Estado de Santa Catarina, ir até hoje não há prédio escolar, sendo assim demonstra o descaso do poder público e uma das maiores reivindicação da comunidade é a construção de um prédio escolar que garanta a permanência de seus saberes culturais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma L. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.19-50.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo território em disputa**. 2ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel G. **Passageiro da Noite: do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. 2ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1995.
- BARBOSA MOREIRA, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.48 p.
file:///C:/Users/maril/Downloads/curriculo-conhecimento-e-cultura-110202191623-phpapp02.pdf
- BISPO, Gardênia Passos. **CONTEXTUALIZAÇÃO, ESCOLA QUILOMBOLA, RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS**. Dissertação Mestrado, Programa de Pós-Graduação e pesquisa em Ensino de Ciência e Matemática- PPGECA AGNES. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. São Cristóvão/SE Julho, 2018.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 4ª edição, Vozes, Petrópolis, RJ, 2011.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 9ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRASIL, **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL, **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. [200-]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 20 de maio de 2015.
- BRASIL. Lei nº12.288,/2010 **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/.../L12288.htm> acessado em 10 de janeiro 2016.
- BRANDÃO, Zaia, MENDONÇA, A. W. (org.), (1997). **Por que não lemos Anísio Teixeira; uma tradição esquecida**. Rio de Janeiro: Ravil, (Coleção da Escola e Professores)
- CUNHA, Meire Cristina. **Educação política e as TIC nos fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal de Goiás**. Dissertação de Mestrado, BDTD, UnB, 2014.
- DMIRTRUK, Beatriz Hilda: **Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico**, 6. Ed. ver. Ampl. E atual. - - Chapecó: Argos, 2004. 213 p.

FERNANDES, Florestan. **Coleção educadores** (MEC). Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira, **Indagações sobre currículo e avaliação** Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Janete Baeuchamp, Sandra Denise PAGEL, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido/ Paulo Freire. 8ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 - notas: Ana Maria Araújo Freire Rio de Janeiro: Paz Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 12ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre Currículo: diversidade e currículo** / [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.48 p.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 23ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura, MOMBELLI Raquel e FERNANDES Ricardo Cid (Organização). **Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas**. v.3, n.3- Florianópolis, NUER/UFSC, 2006.

LIMA, Elvira de Souza. “**Currículo e desenvolvimento humano**”. In: MOREIRA, Antônio Flávio e ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2008, p.11-47.

LIMA, Sandra Helena Ataíde de. **Educação e Comunidades Quilombolas de Laranjituba e África – Município de Moju/PA: relação da EJA com costumes tradições de base africana**. Dissertação de Mestrado, BDTD, UFC-CE, 2012.

LÜDKE, Menga. L975p **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas I Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino) Bibliografia. I. Pesquisa educacional I. André, Marli E. D. A. li. Título. III. Série.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E. P. e U. 2012. 99p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte**: o desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-29.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-

dez. 2015. Disponível em: Acesso em: 01 ago. 2019. nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 11-36.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

_____. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / Antônio Flávio

OLIVEIRA, Luciano e FERREIRA, Maria José de Resende. **A questão étnico-racial e a Educação de Jovens e Adultos**. Debates em Educação Científica e Tecnológica, ISSN 2179-6955, v. 02, nº. 2, p. 77 a 86, 2012. <https://novo.qedu.org.br/escola/42128293-ceja-de-campos-novos/censo-escolar>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de, **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>, acesso em: 30/06/13.

PEREIRA, Sandra. **Instrumentos de pesquisa**. Faculdade dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes. 2014. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/sandrinhapereira1/capitulo-5-Instrumentos-de-pesquisa>, acessado em 31/10/2019.

PACHECO, J. A. **Estudos curriculares: para a compreensão crítica da educação**. Porto: Porto. Editora, 2005.

PACHECO, J.A. **Currículo: Entre Teorias e Métodos**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p.383-400, maio/ago. 2009. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0100_e_publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/issue/download/15/pdf_4.

Projeto Piloto Educação de Jovens e Adultos para as Comunidades Quilombolas da Rede Estadual – P. P.E EJA (P.P.P.), Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio/ Florianópolis, dezembro de 2016. Resolução 08/2016.

SILVA, Natalino Neves da. **A (in) visibilidade da juventude negra na EJA percepções do sentimento fora do lugar**. Artigo, ANPED, FaE/UEMG, 2013.

SANCEVERINO, Adriana Regina, MOHR, Naira Estela Roesler. (organizadores). – 1.ed. – Chapecó: Universidade da Fronteira Sul: Tubarão : Copiart, 2016. 288 p. ; il. ; tabs.

_____. **Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos: exigência existencial e política do diálogo como fundamento da prática**. Artigos • Rev. Bras. Educ. 21 (65) • Apr-Jun 2016 • <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216524>

_____. **Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas – EJA**. In.: Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. 492 p.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua**

realidade. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **Como o Racismo Criou o Brasil.** – 1. Ed. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2021.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **Ciclo de Política Curricular do Estado do Pará (2008-2012):** A enunciação discursiva sobre relações “raciais”. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2014.

SANTA, Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo base da Educação infantil e ensino fundamental do território catarinense/ Estado de Santa Catarina**, Secretaria de Estado da Educação: - Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. 492 p.: il. color.; 21 cm.

SANTA, Catarina. **Política de educação escolar quilombola/Estado de Santa Catarina**, Secretaria de Estado. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. 80p.:il color;21 cm. SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares - Florianópolis: COGEN, 1998;

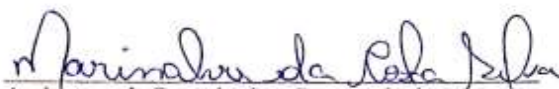
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79

APÊNDICE A – QUADRO DE QUESTÕES ABORDADAS NAS ENTREVISTAS COM AS ESTUDANTES.

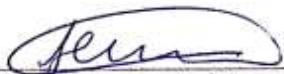
Etapa	Perguntas
Identificação	<p>1.1. Qual a sua cor? Você se identifica com ela?</p> <p>1.2. A cor da pele é um elemento importante para o estabelecimento da diferença entre negro e brancos na escola? De que modo?</p> <p>1.3. Você já evidenciou o racismo/preconceito? Quando? Qual foi o seu sentimento?</p> <p>1.4. Como são discutidas às questões raciais na sala de aula?</p> <p>1.5. Durante as aulas como a temática Cultura Afro-Brasileira vem sendo estudo na escola?</p> <p>1.6. Durante as aulas, é discutido ou é falado sobre o racismo e preconceito racial?</p> <p>1.7. O racismo ainda persiste no cotidiano escolar?</p>
Introdução	<p>2.1 Na sua percepção como são tratadas as práticas pedagógicas do professor? Tem inserção sobre a história e a cultura da África e do Brasil?</p> <p>2.2. Como são resolvidos os conflitos em torno da cor, do racismo, dos preconceitos?</p> <p>2.3. Como o professor lida com o racismo, a identidade dos estudantes, a questão da diversidade?</p>
Desenvolvimento	<p>3.1. O deslocamento da escola para outro espaço, modificou o modo como é construída a educação quilombola? Justifique.</p> <p>3.2. Todos(as) são iguais diante da lei. Como você percebe essa questão em relação às pessoas negras e não negras em Campos Novos?</p> <p>3.3. A educação é importante para afirmação do negro em sociedade?</p>
Finalização	<p>4.1. Você já ouviu “alguém dizer estude para não sofrer igual a mim” Sim (); Não (). Se sim, onde foi, em que circunstância e o que você pensa do significado desta frase pensando a questão escolar dos negros.</p> <p>4.2. Acrescente alguma coisa que gostaria de falar.</p>

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigência para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, Luiz Carlos Turcatto, o representante legal da instituição Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) envolvida no projeto de pesquisa intitulado "A Educação de Jovens e Adultos Quilombola, no município de Campos Novos: repercussões das interfaces de territórios e deslocamentos" declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos proposto, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes.



Assinatura do Pesquisadora Responsável
Marinalva da Costa Silva



Assinatura do Responsável da Instituição
Luiz Carlos Turcatto
Supervisor Regional de Educação
Campos Novos
Portaria 330/2021

Campos Novos – SC, 13 de Outubro de 2022.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**Comitê de Ética em Pesquisa -
CEP/UFS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da pesquisa: A Educação de Jovens e Adultos Quilombola no Município de Campos Novos Santa Catarina Repercussões das Interfaces de Território e Descolamentos.

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa A Educação de Jovens e Adultos Quilombola no Município de Campos Novos Santa Catarina Repercussões das Interfaces de Território e Descolamentos. Desenvolvida por Marinalva da Costa Silva, discente do Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), Campus de Erechim, sob orientação da Professor Dr. Thiago Ingrassia Pereira.

O objetivo central do estudo é Analisar como está sendo implementado as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, junto a EJA/Quilombola na unidade descentralizada do CEJA, no distrito de Ibicuí, no município de Campos Novos de Santa Catarina.

A pesquisa justifica-se pelo fato de a comunidade Quilombola Invernada dos Negros ter uma trajetória de muitas limitações no acesso aos seus direitos fundamentais básicos, tendo um processo de invisibilização dos sujeitos quilombolas junto aos processos político-sociais no contexto municipal. Nesta perspectiva, a pesquisa com os sujeitos da EJA/Quilombola se configura com uma das formas apropriadas de verificação científica de como a ausência do direito à educação tem sido ao longo do tempo um direito que limitou a conquista de outros direitos e agora no retorno aos processos escolares, pela EJA, como os fazeres curriculares deste meio educacional estão contribuindo na construção de processos de afirmação identitária em busca de assegurar a construção do devido lugar em sociedade dos sujeitos quilombolas.

O convite à sua participação se deve à escolha dos(as) estudantes para a pesquisa, obedecendo pela ordem, aos seguintes critérios: 1º) maior tempo como estudante de EJA; 2º) maior tempo permanecido fora do processo formal de Educação; 3º) maior idade. O estabelecimento destes critérios foi feito em consonância com os objetivos da pesquisa, que tem a perspectiva de entender como a ausência do direito à educação escolar na construção da sua identidade. Para a seleção dos entrevistados, será feita uma divulgação pelo pesquisador em sala de aula, em que serão recebidas as inscrições dos interessados e havendo mais inscritos será feita a triagem com base nos critérios e na falta de inscritos suficientes serão feitas mais

divulgações até atingir o número esperado. Local das entrevistas: as entrevistas serão realizadas junto à escola, em sala/espço reservado combinado previamente com os gestores, sendo gravadas e conduzidas pelo pesquisador responsável.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo quando desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa ou, posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio dos meios de contato explicitados neste Termo. Caso haja risco direto ou indireto de identificação do participante, isto deverá estar explicitado no Termo.

Existem casos em que o participante de pesquisa deseja que seu nome ou de sua instituição conste do trabalho final. Esta é uma situação comum, que deve ser respeitada, no entanto, é necessário que esteja explícito no Termo.

A sua participação consistirá em responder a uma pesquisa operacionalizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com um roteiro prévio, em que o entrevistado responderá as questões à pesquisadora do projeto, essa será aplicada individualmente em espaço apropriado no ambiente escolar. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente (35)trinta e cinco minutos. A entrevista será gravada somente para transcrição das informações com sua autorização e será feita na Unidade Descentralizada de Educação de Jovens Adultos (UD/Quilombola), situado no Distrito do Ibicuí, no município de Campos Novos, Santa Catarina, Brasil, em dias letivos, no período noturno. A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

☐ Autorizo gravação ☐ Não autorizo gravação

A entrevista será gravada e os dados de arquivos ficarão em posse da pesquisadora responsável, podendo ser disponibilizados para a professora orientadora naquilo que compete aos processos necessários para a orientação e para a análise dos dados da pesquisa. Esses estarão de posse da pesquisadora por 05 (cinco) anos, sendo a pesquisadora responsável pelo espaço e pelo lugar apropriado de guarda, desde o momento da realização das entrevistas,

devendo ser guardados de forma digital e ou/impressa, conforme necessidade. Após este período de guarda, os arquivos físicos serão destruídos completamente e os digitais excluídos. O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é a de contribuições para a compreensão desse campo do conhecimento e, também, o potencial benefício para gerar um melhor entendimento e clareza dos direitos quilombolas e de cidadania, junto aos sujeitos pesquisados e da sua percepção mais nítida da importância da educação para a construção da sua identidade. Em sentido social, os benefícios poderão ser percebidos pelo modo como a pesquisa vai oferecer subsídios à sociedade e, em especial, ao meio educacional para a compreensão de como a educação impacta na construção da identidade e dos direitos.

A participação na pesquisa poderá causar riscos, tais como: a possibilidade de participante se emocionar ao tratar de sua trajetória quilombola, a possibilidade de se sentir constrangido diante de suas emoções ou do conteúdo discutido na pesquisa, termos, conceitos, palavras com vocabulário não apropriado; ter eventualidades emocionais geradas por questões que possam tocar em particularidades dos entrevistados.

Para que nem um risco em potencial se concretize, a pesquisadora tomara todas as precauções quanto ao local, forma de abordagem e conteúdo da entrevista, mesmo assim caso ocorra alguma dessas situações, a entrevista será imediatamente interrompida ou mesmo cancelada, sem qualquer implicação, bem como serão adotadas as medidas para evitar e/ou solucionar eventualidades de ocorrências, tais como: minimizar desconfortos, garantindo local apropriado para entrevista e liberdade para não responder às questões; garantir que a pesquisadora assegure profissionalmente a execução metodológica da entrevista; estar atento aos sinais como desconforto com a entrevista; assegurar a execução da entrevista ao tempo estabelecido; garantir confidencialidade, privacidade e a proteção das informações, garantir a não utilização das informações em prejuízo das pessoas; dar assistência às complicações e aos danos decorrentes dos riscos previstos; suspender imediatamente a entrevista ao perceber riscos e/ou danos ao participante da pesquisa; respeitar os valores culturais, identitários, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e os costumes; garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista conforme acordado no TCLE.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais. Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS:

Data de Aprovação:

Campos Novos-Santa Catarina, 15 de abril, 2023.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (49) 98874 – 1422)

e-mail: nalvaterra@yahoo.com.br.

Endereço para correspondência: Assentamento Sepé Tiaraju, CEP: 89620-000 – Campos Novos - Santa Catarina – Brasil.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e as condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

Assinatura:

Os pesquisadores deverão assinar no final e rubricar as páginas anteriores.

Assinatura do Pesquisador Responsável e do participante da pesquisa devem estar na mesma página.

Observações:

1. A CONEP recomenda que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ter suas páginas numeradas (sendo que cada página deve indicar o nº total de páginas. Ex: 1 de 4; 2 de 4), possibilitando a integridade das informações contidas no documento.
2. (Conforme Resolução CNS Nº 466 de 2012 item IV.5.d) o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s), devendo as páginas de assinaturas estarna mesma folha.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ

Eu, _____ permito que a pesquisadora Marinalva da Costa Silva, mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), obtenha gravação de voz de minha pessoa, para fins da pesquisa científica/educacional intitulada “A Educação de Jovens e Adultos Quilombola no Município de Campos Novos Santa Catarina Repercussões das Interfaces de Território e Descolamentos”.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pesquisa, possam ser publicadas em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado(a), tento quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao meu estudo e sob sua guarda. Terão acesso aos arquivos o pesquisador responsável e o professor orientador da pesquisa, professor Dr. Thiago Ingrassia Pereira.

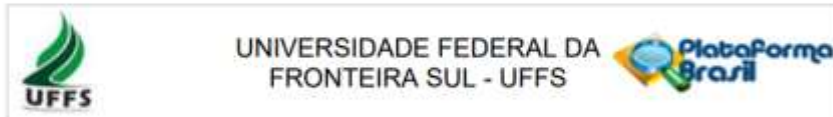
Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos ligados à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em duas (02) vias de igual teor e forma.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE E – PLANO DA PROPOSTA DA AÇÃO EMEJA/QUILOMBOLA

ATIVIDADE	LOCAL DA AÇÃO	RESPONSÁVEL	DURAÇÃO
Socialização da Pesquisa e da apresentação da proposta da Ação.	Unidade Descentralizada EJA/QIN.	Pesquisadora	1h
Formação Metodológica da Ação	Unidade Descentralizada EJA/QIN.	Pesquisadora	1h30min
Mobilização para reunião comunitária em vistas da apresentação da Ação.	Será feito a divulgação juntos aos(às) estudantes da EJA/QIN, em grupos de WhatsApp e nas Redes Sociais, nos espaços de celebrações religiosas, Clubes esportivos e nas rádios locais.	As estudantes pesquisadas.	Uma semana
Reunião com a Comunidade QIN, seguido de início de cadastramento para levantamento de demanda de matrícula.	Salão comunitário.	Pesquisadora e as estudantes pesquisadas.	1h para reunião e 2h para cadastramento.
Reunião de avaliação, sistematização dos resultados obtidos.	Unidade Descentralizada EJA/QIN.	Pesquisadora e as estudantes pesquisadas.	2 h.
Reunir e entregar para coordenação da UD/QIN os resultados, com detalhamentos das informações da demanda.	Unidade Descentralizada EJA/QIN.	Pesquisadora e as estudantes pesquisadas.	30 min.

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO



Continuação do Parecer: 6.019/354

Outros	instrumento_modificado.docx	26/03/2023 11:11:07	Marinalva da Costa Silva	Aceito
Outros	Carta_resposta.doc	26/03/2023 11:02:27	Marinalva da Costa Silva	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	11/03/2023 18:55:58	Marinalva da Costa Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	05/03/2023 11:49:43	Marinalva da Costa Silva	Aceito
Outros	termodevoz.docx	05/03/2023 09:37:02	Marinalva da Costa Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/03/2023 09:35:52	Marinalva da Costa Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 24 de Abril de 2023

Assinado por:
Izabel Aparecida Soares
(Coordenador(a))